

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020	10
DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019	11

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	13
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	90
Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	91
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	93
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	94

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Unidades)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	2.716.815.061
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>2.716.815.061</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	7.594.796
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>7.594.796</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Reunião do Conselho de Administração	20/12/2019	Juros sobre Capital Próprio	13/02/2020	Ordinária		0,02105
Reunião do Conselho de Administração	27/01/2020	Juros sobre Capital Próprio	13/02/2020	Ordinária		0,00891

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
1	Ativo Total	73.353.760	93.479.988
1.01	Ativo Circulante	60.493.522	80.714.793
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	796.585	191.400
1.01.02	Aplicações Financeiras	5.899.181	7.933.654
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	5.899.181	7.933.654
1.01.02.01.03	Fundos de Investimento em Direitos Creditórios	5.661.637	7.885.074
1.01.02.01.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	237.544	48.580
1.01.03	Contas a Receber	53.542.591	72.459.212
1.01.03.01	Clientes	53.214.367	72.070.041
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	53.214.367	72.070.041
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	328.224	389.171
1.01.03.02.01	Contas a Receber com Partes Relacionadas	148.049	196.893
1.01.03.02.03	Outras Contas a Receber Operacionais	104.354	106.642
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Atecpadamente	75.821	85.636
1.01.06	Tributos a Recuperar	255.165	130.527
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	255.165	130.527
1.02	Ativo Não Circulante	12.860.238	12.765.195
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.668.348	2.521.613
1.02.01.04	Contas a Receber	48.475	27.001
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber Operacionais	48.475	27.001
1.02.01.07	Tributos Diferidos	862.107	907.991
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	862.107	907.991
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.757.766	1.586.621
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.573.415	1.586.621
1.02.01.10.04	Instrumentos Financeiros	184.351	0
1.02.02	Investimentos	8.787.941	8.850.696
1.02.03	Imobilizado	822.632	830.152
1.02.04	Intangível	581.317	562.734

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2020</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2019</b>
2	Passivo Total	73.353.760	93.479.988
2.01	Passivo Circulante	54.108.497	74.533.409
2.01.02	Fornecedores	52.037.031	73.141.581
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	52.037.031	73.141.581
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	46.568.313	62.805.144
2.01.02.01.03	Fornecedores	482.831	429.994
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	4.985.887	9.906.443
2.01.03	Obrigações Fiscais	99.414	104.375
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.721.742	917.685
2.01.05	Outras Obrigações	250.310	369.768
2.01.05.02	Outros	250.310	369.768
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	30.735	72.183
2.01.05.02.04	Instrumentos Financeiros Derivativos	46.670	47.513
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	172.905	250.072
2.02	Passivo Não Circulante	10.099.348	9.516.324
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	6.931.933	6.799.128
2.02.02	Outras Obrigações	1.383.162	910.322
2.02.04	Provisões	1.784.253	1.806.874
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.784.253	1.806.874
2.02.04.01.05	Provisão para Riscos Trabalhistas, Tributários e Cíveis	1.784.253	1.806.874
2.03	Patrimônio Líquido	9.145.915	9.430.255
2.03.01	Capital Social Realizado	5.700.000	5.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	-11.779	9.460
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-76.804	-56.198
2.03.02.07	Reservas de Capital	65.025	65.658
2.03.04	Reservas de Lucros	3.768.964	3.708.079
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-311.270	12.716

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	977.718	2.188.704	1.323.583	2.756.073
3.01.01	Receita Operacional	1.088.199	2.438.934	1.470.379	3.067.664
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-110.481	-250.230	-146.796	-311.591
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-642.509	-1.368.844	-612.540	-1.256.462
3.03	Resultado Bruto	335.209	819.860	711.043	1.499.611
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-434.642	-742.079	-310.512	-602.448
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-434.642	-742.079	-310.512	-602.448
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-110.281	-232.951	-122.821	-240.055
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-67.644	-150.762	-78.776	-164.544
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-39.894	-68.151	-89.101	-129.432
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-137.338	-205.482	-84.859	-183.712
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	-79.485	-84.733	65.045	115.295
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-99.433	77.781	400.531	897.163
3.06	Resultado Financeiro	38.484	89.213	126.210	356.919
3.06.01	Receitas Financeiras	127.144	308.536	247.376	577.844
3.06.01.01	Receitas Financeiras	9.330	13.379	9.884	15.570
3.06.01.02	Resultado com Aquisição de Recebíveis e FIDC	133.037	300.790	259.236	534.492
3.06.01.03	Variação Cambial e MtM, líquido	-15.223	-5.633	-21.744	27.782
3.06.02	Despesas Financeiras	-88.660	-219.323	-121.166	-220.925
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-88.660	-219.323	-121.166	-220.925
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-60.949	166.994	526.741	1.254.082
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.258	-75.397	-98.290	-280.858
3.08.01	Corrente	-31.405	-29.514	-79.929	-282.464
3.08.02	Diferido	17.147	-45.883	-18.361	1.606
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-75.207	91.597	428.451	973.224
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-75.207	91.597	428.451	973.224
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
3.99.01.01	ON	-0,02776	0,03381	0,15789	0,35865
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,02770	0,03374	0,15774	0,35830

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2019 à 30/06/2019</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	-75.207	91.597	428.451	973.224
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-64.762	-323.986	2.852	7.788
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-64.762	-323.986	2.852	7.788
4.03	Resultado Abrangente do Período	-139.969	-232.389	431.303	981.012

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.124.489	-381.380
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	544.007	1.198.402
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	166.994	1.254.082
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	231.291	156.204
6.01.01.04	Baixas/perdas de imobilizado e intangível	15.796	30.225
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	-633	8.037
6.01.01.09	Perdas com Créditos incobráveis e Fraude	183.931	135.295
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	6.662	61.631
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	161.075	192.598
6.01.01.13	Varição Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	317.624	-33.148
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	84.733	-115.295
6.01.01.15	Resultados não realizados com derivativos	-328.332	-24.388
6.01.01.16	Rendimento de participação no FIDC	-315.459	-466.839
6.01.01.18	Amortização de custos de emissão de dívidas	20.325	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.611.789	-1.309.760
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	18.712.069	-6.171.914
6.01.02.02	Contas a Receber com Partes Relacionadas	48.844	-81.295
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	-124.638	-32.396
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/Não Circulante)	-39.611	25.861
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	13.206	-2.360
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	-16.236.831	3.934.254
6.01.02.10	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	-4.920.556	1.360.815
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/Não Circulante)	10.528	-99.485
6.01.02.12	Rendas a receber	8.913	-55.768
6.01.02.14	Créditos Tributários	45.884	-4.469
6.01.02.15	Sociais e estatutárias	-30.837	-15.954
6.01.02.16	Fiscais e previdenciárias	-23.651	-180.478
6.01.02.17	Provisões para contingências	-29.283	-7.190
6.01.02.18	Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	-45.826	20.619
6.01.03	Outros	-56.707	-270.022
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-56.707	-270.022
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	2.393.719	-1.150.300
6.02.01	Aumento de Capital em Controladas, Joint Ventures e Coligadas	-55.000	0
6.02.02	Aquisições de cotas de FIDC	-1.271.321	-3.516.250
6.02.03	Resgate de cotas de FIDC	3.810.217	2.583.491
6.02.04	Dividendos Recebidos de Controladas	167.973	276.354
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão	-258.150	-493.895
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	335.955	1.448.591
6.03.01	Aquisição de Ações em Tesouraria	-27.560	-11.758
6.03.02	Venda de Ações em Tesouraria pelo exercício de opção de Ações	6.954	7.135
6.03.03	Captação de Empréstimos	4.466.996	6.423.013
6.03.04	Pagamento de Principal de Empréstimos	-3.828.274	-3.524.215
6.03.05	Juros Pagos	-186.411	-205.811

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-81.277	-1.239.773
6.03.07	Custos incorridos sobre emissão de dívidas	-14.473	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	605.185	-83.089
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	191.400	127.664
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	796.585	44.575

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/06/2020****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	9.460	3.708.079	0	12.716	9.430.255
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	9.460	3.708.079	0	12.716	9.430.255
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-21.239	-30.712	0	0	-51.951
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-27.560	0	0	0	-27.560
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	6.321	0	0	0	6.321
5.04.17	Juros sobre o capital próprio propostos	0	0	-30.712	0	0	-30.712
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	91.597	0	-323.986	-232.389
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	91.597	0	0	91.597
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-323.986	-323.986
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-323.986	-323.986
5.07	Saldos Finais	5.700.000	-11.779	3.768.964	0	-311.270	9.145.915

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/06/2019****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	3.414	-1.217.567	0	0	-1.214.153
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-11.758	0	0	0	-11.758
5.04.06	Dividendos	0	0	-926.473	0	0	-926.473
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-147.800	0	0	-147.800
5.04.09	Opção de ações/ações restritas outorgadas reconhecidas	0	15.172	0	0	0	15.172
5.04.12	Dividendos mínimos obrigatórios	0	0	-7.194	0	0	-7.194
5.04.17	Juros sobre Capital Próprio Propostos	0	0	-136.100	0	0	-136.100
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	973.224	0	2.231	975.455
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	973.224	0	0	973.224
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2.231	2.231
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	7.788	7.788
5.05.02.08	Benefícios pós emprego	0	0	0	0	-5.557	-5.557
5.07	Saldos Finais	5.700.000	24.091	3.339.628	0	61.853	9.125.572

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/06/2020</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/06/2019</b>
7.01	Receitas	2.255.003	2.932.368
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.438.934	3.067.663
7.01.02	Outras Receitas	-183.931	-135.295
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	-183.931	-135.295
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.346.503	-1.427.233
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.033.984	-1.031.884
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-290.968	-346.932
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-15.331	-28.739
7.02.04	Outros	-6.220	-19.678
7.03	Valor Adicionado Bruto	908.500	1.505.135
7.04	Retenções	-231.291	-156.204
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-231.291	-156.204
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	677.209	1.348.931
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	223.803	694.439
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-84.733	115.295
7.06.02	Receitas Financeiras	308.536	579.144
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	901.012	2.043.370
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	901.012	2.043.370
7.08.01	Pessoal	230.056	222.260
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	353.195	619.953
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	226.164	227.933
7.08.03.03	Outras	226.164	227.933
7.08.03.03.01	Despesas com juros e aluguéis incorridos	226.164	227.933
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	91.597	973.224
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	30.712	283.900
7.08.04.02	Dividendos	0	224.167
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	60.885	465.157

## Comentário do Desempenho

### SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário de Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) e de suas controladas (denominadas em conjunto “Grupo Cielo” ou “Grupo”), referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, acompanhados do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR) dos nossos Auditores Independentes.

As Demonstrações Financeiras Individuais (Controladora) e Consolidadas foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), aqui denominadas em conjunto como “COSIF”, e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável.

As informações contábeis consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo (Controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Stelo, MerchantE e M4Produtos (aqui denominada, em conjunto com a Multidisplay, como “M4U”). O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo (esta última sem atividades operacionais) foi reconhecido por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis foram ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo Cielo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, a partir de 1º de janeiro de 2020, a controlada Stelo passou a ser consolidada pelo Grupo Cielo sem a defasagem de um mês, ou seja, passou a consolidar no próprio mês de competência. Essa mudança na prática contábil, em conformidade com Pronunciamento CPC nº23 – Mudanças de políticas contábeis e correções de erro, visou resultar em informação mais confiável e relevante nas demonstrações contábeis sobre os efeitos das transações, condições ou outros eventos acerca da posição patrimonial e financeira, bem como do desempenho da entidade. Os saldos comparativos apresentados na demonstração financeira estão ajustados para fins de comparabilidade com a nova política adotada, como segue:

(Em R\$ mil)	Lucro Líquido Consolidado Exercício/19	Lucro Líquido Consolidado 2T19	Patrimônio Líquido Consolidado 31/12/2019
Saldos publicados	1.785.882	480.486	13.139.680
Ajuste líquido na consolidação da Stelo (*)	<u>(32.759)</u>	<u>(2.702)</u>	<u>(37.100)</u>
Saldos reapresentados para fins de comparação	1.753.123	477.784	13.102.580

(\*) Os valores reportados e os reapresentados estão detalhados na Nota Explicativa 2.20.

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O primeiro semestre de 2020 foi um período bastante desafiador para todos os setores da economia brasileira, com os fortes impactos econômicos do isolamento social devido à COVID-19 atingindo a economia a partir da segunda quinzena de março. O varejo foi afetado de forma particularmente forte nos meses de março, abril e maio, com início de recuperação sendo observada a partir de junho. Devido ao seu relacionamento intrínseco com o consumo, a indústria de pagamentos foi impactada de forma negativa neste período. Ao mesmo tempo, a indústria de meios de pagamentos brasileira mostrou a sua resiliência e suma importância para a ajudar na recuperação da economia, ao possibilitar que inúmeros negócios continuassem a performar, mesmo sem o contato físico com o consumidor final.

Ao final de 2019, a Cielo encerrava o ano em tendência de crescimento de sua operação. O volume aumentava em 9% e a base de clientes em 18% em comparação ao ano de 2018, atingindo as marcas de R\$ 683 bilhões e 1,6 milhão de clientes, tendo crescido contínua e sucessivamente em todos os trimestres ao longo de 2019. Essa tendência foi interrompida no primeiro semestre de 2020 com os efeitos da pandemia da COVID-19.

O fechamento do comércio varejista e a redução da demanda por serviços chegaram a resultar numa queda do consumo médio no mercado de 52%, valor medido na 4ª semana de março pelo ICVA (“Índice Cielo do Varejo Ampliado”), e chegamos a observar picos de fechamento de até 50% dos estabelecimentos comerciais.

## Comentário do Desempenho

Com esses efeitos, entendemos que o 2º trimestre de 2020 foi um período atípico para a Sociedade, que interrompeu uma série de trimestres de crescimento. Neste segundo trimestre, a Cielo apresentou uma queda no volume capturado de 22% na comparação com igual período do ano anterior. A Cielo, por estar presente em praticamente todos os setores do consumo, teve uma queda de volumes similar à queda do consumo geral no Brasil. Enquanto alguns setores representativos na Cielo tiveram forte queda, como o setor de turismo, outros contrabalancearam esses desempenhos, como o setor de supermercados, farmácias e drogarias.

Como consequência dessa queda de volumes capturados, a receita líquida da Cielo Brasil também retraiu, totalizando R\$ 1.006 milhões no 2º trimestre de 2020, uma redução de 25,9% em comparação com o 2º trimestre de 2019 e de 19,2% em relação ao 1º trimestre de 2020. A Cielo e seus controladas apresentaram no 2º trimestre um prejuízo de R\$ 75,2 milhões, contra um lucro líquido de R\$ 166,8 milhões no 1º trimestre de 2020. Para os próximos trimestres, se continuarmos a observar melhoria no consumo do Varejo como visto nas últimas semanas pelos indicadores do ICVA, a tendência é que seja refletida na performance da Sociedade, porém não de maneira suficiente para compensar as quedas observadas neste primeiro semestre do ano.

Com a pressão nas receitas, a Cielo tomou ações rápidas para controle de sua saúde financeira, com forte controle de seus custos e acompanhamento recorrente dos impactos financeiros na Sociedade devido à crise.

Adicionalmente aos impactos da COVID-19 observados na Cielo Brasil, a Cateno também foi fortemente afetada por ter seus negócios também intrinsecamente ligados ao consumo. Observamos na Cateno uma queda de 19% de volume, 23% de receitas, e 55% de lucro líquido, comparando com o 1º trimestre de 2020. Assim como observado na Cielo, se continuar a melhora do consumo no varejo brasileiro, a tendência é que os próximos trimestres sejam mais positivos.

Os efeitos econômicos gerados pela COVID-19 também afetaram negativamente nossos resultados por razão da desvalorização da moeda real em relação ao dólar americano, cujo impacto se refere substancialmente ao efeito de tradução dos resultados das empresas americanas do Grupo Cielo (MerchantE e Cielo USA).

Nossa adaptação às necessidades dos nossos clientes no início da quarentena foi imediata. Com intuito de preservar ao máximo a continuidade das vendas dos nossos clientes, foram disponibilizadas soluções viabilizadoras para transações de *e-Commerce*, como o Super Link, solução que triplicou seu volume desde o início da pandemia e multiplicou por 10 vezes a sua base ativa. Adicionalmente, foram realizados treinamentos para lojistas conjuntamente com o Sebrae, dando apoio para pequenos negociantes iniciarem vendas online, assim como agregando novas parcerias com a Loggi para facilitar as entregas das vendas e com a AMBEV para apoio a bares e restaurantes. Também concedemos isenção das metas de faturamento para planos de aluguel e isenção de aluguel por 2 meses para novos clientes, com o intuito de apoiar nossos clientes neste período de crise.

Também anunciamos a disponibilização de R\$ 5 bilhões em recursos para antecipação de recebíveis de nossos clientes do segmento de varejo e empreendedores. Essa iniciativa tem como objetivo apoiar nossos clientes com um reforço em suas disponibilidades de caixa e está alinhada com a estratégia da Sociedade de aumentar a penetração de produtos de prazo nesses segmentos. Dessa forma, tivemos um aumento na nossa penetração de produtos de prazo neste público para um recorde de 29,6% no trimestre e esperamos melhoria contínua nesse indicador.

Internamente, a Cielo mostrou sua modernidade ao conseguir a continuidade da sua operação com mínimo impacto mesmo em um cenário de trabalho remoto. Com foco em proteger seus colaboradores, mais de 95% do quadro foi alocado em *home office* logo no início da quarentena, permanecendo assim durante todo o trimestre. Há acompanhamento constante dos casos suspeitos de contágio de coronavírus, com suporte de equipe médica.

O mercado de meios de pagamento no Brasil está em constante evolução e a Cielo lidera um papel protagonista de inovação na indústria, mostramos nossa capacidade de desenvolvimento conseguindo em tempo recorde de 8 dias criar uma solução de aceitação do auxílio emergencial. Esta iniciativa permitiu que os 50 milhões de usuários dispusessem do benefício diretamente pelo *app* da Caixa, sem a necessidade de saque em dinheiro.

## Comentário do Desempenho

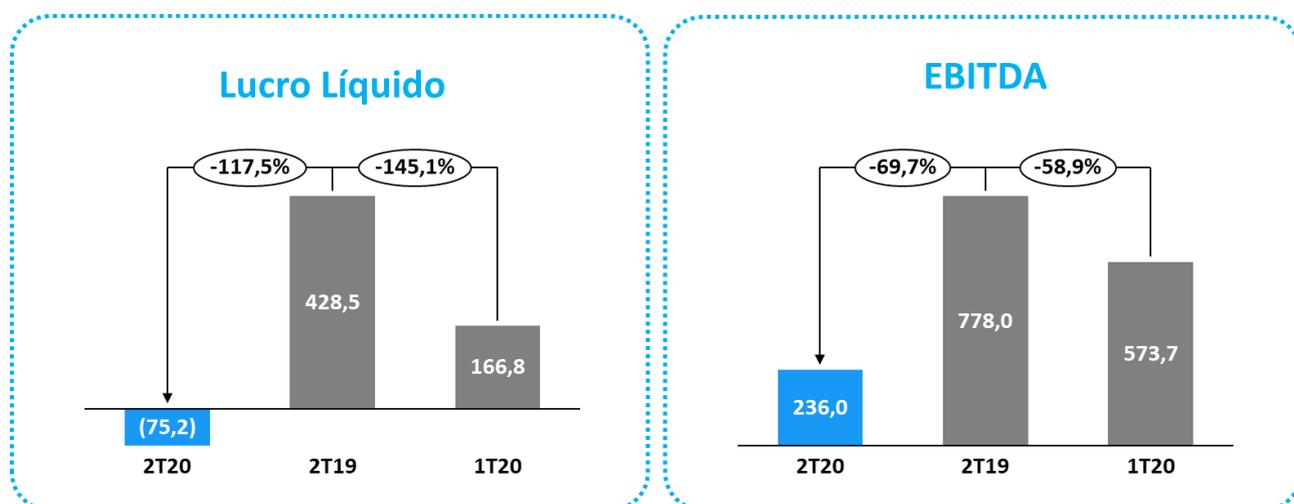
Em junho de 2020, fomos a primeira empresa no mundo escolhida pelo Whatsapp para realizar o processamento dos pagamentos dentro da solução. O período de testes que havia sido iniciado foi paralisado enquanto aguarda a análise do regulador.

Teremos ainda muitas mudanças na nossa indústria de credenciamento e vemos de maneira favorável as iniciativas capitaneadas pelo Banco Central do Brasil que favorecem o consumidor final, onde destacamos a iniciativa do PIX. A Cielo recebeu este mês a licença de emissor de moeda eletrônica, que nos permitirá participar dessa evolução. Essa, dentre outras, viabilizará um mercado mais eficiente e simples na realização de transações, reduzindo ainda mais o uso de dinheiro em espécie e ajudando a digitalizar os meios de pagamentos na economia brasileira.

O conjunto das ações mencionadas nos parágrafos acima nos deixam confiantes quanto ao nosso nível de preparo para os desafios e mudanças que a COVID-19 trará à indústria de pagamentos. A Sociedade demonstrou rápida capacidade de adaptação para atender seus clientes, seus colaboradores e à população brasileira, preservando ao mesmo tempo o interesse de seus acionistas. Acreditamos que essa é a postura para continuarmos a crescer de forma sustentável no futuro.

## DESTAQUES 2T20

- O volume financeiro da Cielo de transações totalizou R\$ 128,0 bilhões, redução de 19,9% ou R\$ 31,8 bilhões em relação ao 1T20 e decréscimo de 22,2% ou R\$ 36,6 bilhões em relação ao 2T19.
- A receita líquida consolidada totalizou R\$ 2.450,1 milhões, redução de 13,5% ou R\$ 380,8 milhões em relação ao trimestre anterior e decréscimo de 12,5% ou R\$ 351,0 milhões em relação ao 2T19.
- A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 137,6 milhões, uma redução de 27,2% em relação ao 1T20 e redução de 52,4% em relação ao 2T19.
- Os gastos totais consolidados (custos e despesas), desconsiderando os efeitos da equivalência patrimonial, totalizaram R\$ 2.527,4 milhões, redução de 1,9% ou R\$ 48,0 milhões em relação ao 1T20 e aumento de 10,7% ou R\$ 243,6 milhões em relação ao 2T19.
- O Prejuízo Líquido Cielo totalizou R\$ 75,2 milhões, redução de 145,1% ou R\$ 242,0 milhões em relação ao 1T20 e redução de 117,6% ou R\$ 503,7 milhões em relação ao 2T19.
- O EBITDA consolidado totalizou R\$ 236,0 milhões, redução de 58,9% ou R\$ 337,8 milhões em relação ao 1T20 e decréscimo de 69,7% ou R\$ 542,0 milhões em relação ao 2T19.



## Comentário do Desempenho

### DESEMPENHO OPERACIONAL 2T20

## Volume Financeiro de Transações

### Evolução Trimestral

No 2T20, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$ 128,0 bilhões, representando uma redução de 19,9% ou R\$ 31,8 bilhões, quando comparado aos R\$ 159,8 bilhões capturados no 1T20 e um decréscimo de 22,2% ou R\$ 36,6 bilhões, em comparação aos R\$ 164,5 bilhões do 2T19.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro totalizou R\$ 70,8 bilhões no 2T20, apresentando redução de 25,4% em relação ao 1T20 e um decréscimo de 20,1% em relação ao 2T19. Na modalidade débito, o volume financeiro totalizou R\$ 57,2 bilhões no 2T20, uma redução de 11,8% em comparação ao 1T20 e aumento de 8,5% em relação ao 2T19.

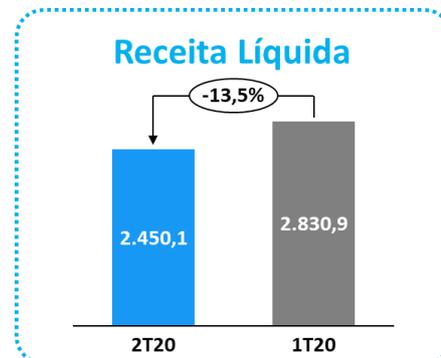
Adicionalmente, a Cielo capturou 1.237,0 milhões de transações no 2T20, um decréscimo de 25,0% em relação ao 1T20 e de 29,0% em relação ao 2T19.

### DESEMPENHO FINANCEIRO 2T20

#### COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 31 DE MARÇO DE 2020

## Receita Líquida

### Comparativo Trimestral



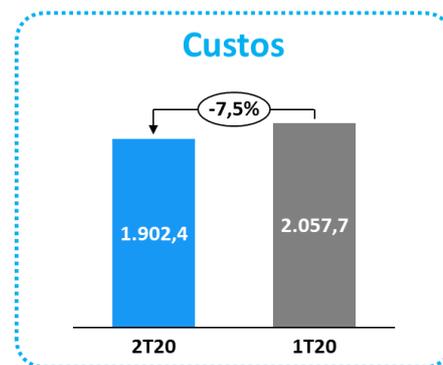
A receita líquida consolidada totalizou R\$ 2.450,1 milhões no 2T20, uma redução de 13,5% ou R\$ 380,8 milhões em relação à receita do 1T20 de R\$ 2.830,9 milhões.

A diminuição da receita líquida está relacionada principalmente aos efeitos do isolamento social gerado pela pandemia da COVID-19, que resultou na redução do volume capturado (que impacta a receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações na Cielo e na Stelo, bem como a receita do produto Pagamento em 2 dias), no aumento de descontos e isenções de alugueis de terminais concedidos aos clientes, na queda do volume de transações do arranjo Ourocard e no mix do perfil do cliente (que impacta a receita de gestão de cartões da controlada Cateno) e na queda dos negócios de revenda de recarga de celular na M4U. Essa redução foi parcialmente compensada pela valorização do dólar sobre as receitas da operação norte-americana (controlada MerchantE).

## Comentário do Desempenho

### Custos dos Serviços Prestados

#### Comparativo Trimestral



O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$ 1.902,4 milhões no 2T20, representando uma redução de R\$ 155,3 milhões, ou 7,5% em comparação ao 1T20. O decréscimo decorre sobretudo dos seguintes eventos:

- (i) Redução nos **custos relacionados à transação da Cielo e da Stelo** em R\$ 82,6 milhões em relação ao 1T20, decorrente da diminuição dos gastos com *fees* de bandeiras e outros custos atrelados ao volume capturado (efeito do isolamento social causado pela pandemia da COVID-19), bem como do resultado da captura de ações de eficiências em gastos. Esta redução foi parcialmente compensada com a apropriação de saldos residuais, não recorrentes, no montante de R\$ 27,4 milhões, dos contratos de incentivos com os bancos Bradesco e Banco do Brasil encerrados em 2019, após a conclusão do processo de revisão por empresa especializada dos valores apurados.
- (ii) Redução líquida de R\$ 66,4 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Catenó**, devido à diminuição nos custos com *fees* de bandeiras em função da queda do volume no trimestre e de menores gastos com atendimento presencial nas agências e com emissão de faturas (migração para liquidação em canais digitais, com menor custo), todos resultantes principalmente dos efeitos da pandemia da COVID-19;
- (iii) Redução líquida de R\$ 49,5 milhões nos **custos com serviços prestados na controlada M4U**, referente aos custos de créditos de telefonia celular (especialmente na modalidade de revenda de recarga virtual), resultante do isolamento social da pandemia da COVID-19;
- (iv) Redução de R\$ 14,8 milhões em **custos vinculados aos equipamentos da Cielo e da Stelo**, resultante de menores gastos com amortização de subsídio na venda de equipamentos a clientes, considerando a queda no volume de subsídio concedido nos últimos meses;
- (v) Aumento líquido de R\$ 63,0 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada norte-americana MerchantE** diretamente relacionado à apreciação do dólar médio no trimestre, visto que os gastos originalmente denominados em moeda estrangeira apresentaram queda.

### Despesas Operacionais

#### Comparativo Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$ 626,5 milhões no 2T20, apresentando um aumento de R\$ 110,0 milhões ou 21,3%, em relação ao 1T20. O aumento decorre dos seguintes eventos:

## Comentário do Desempenho

**Despesas de pessoal** - As despesas de pessoal reduziram em R\$ 14,0 milhões ou 7,2% em relação ao trimestre anterior, de R\$ 194,5 milhões no 1T20 para R\$ 180,5 milhões no 2T20. A redução decorre de menores gastos com salários e reflexos nas provisões de 13º salário e férias, com prêmios, gratificações e correlatos, que são resultado de esforços de medidas restritivas de gastos com pessoal implementadas pela Cielo.

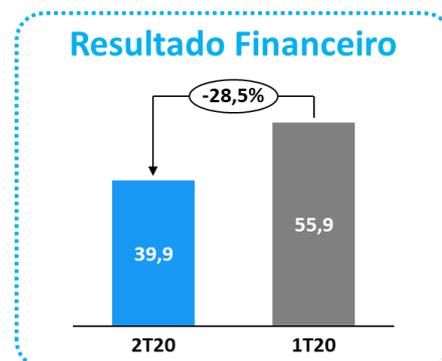
**Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação** - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, aumentaram R\$ 26,5 milhões, ou 23,4% em relação ao trimestre anterior, de R\$ 113,4 milhões no 1T20 para R\$ 139,9 milhões no 2T20. O acréscimo está relacionado aos maiores gastos nas operações da controlada americana MerchantE, incluindo impactos da apreciação do dólar na tradução de referidos gastos no trimestre.

**Despesas de vendas e marketing** - As despesas de vendas e marketing aumentaram R\$ 19,4 milhões ou 21,1%, para R\$ 111,1 milhões no 2T20, comparadas com os R\$ 91,7 milhões no 1T20. O aumento decorre da concentração de campanhas de vendas e investimento em mídia e marketing no 2T20.

**Outras despesas operacionais líquidas** - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$ 75,5 milhões ou 64,0%, para R\$ 193,5 milhões no 2T20, comparadas com os R\$ 118,0 milhões no 1T20. O acréscimo está relacionado às perdas decorrentes de aumento de contestações na Cateno (relacionado aos efeitos da COVID-19) e evento operacional pontual na Cielo (no 2T20, foi reconhecida provisão para perdas operacionais, no montante de R\$ 24,9 milhões, cujas medidas corretivas já foram implementadas para impedir novos eventos dessa natureza), ao incremento de provisão para créditos incobráveis, incluindo aqueles decorrentes dos efeitos da pandemia de COVID19 (complemento de provisão de R\$ 6,8 milhões), e às baixas de terminais de captura danificados (de R\$ 8,8 milhões), que representam em grande parte a ocorrência de eventos não recorrentes.

## Resultado Financeiro

### Comparativo Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$ 39,9 milhões no 2T20, representando uma redução de 28,5% ou R\$ 16,0 milhões em relação ao 1T20, que obteve um resultado de R\$ 55,9 milhões. O decréscimo ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes eventos:

**Receitas financeiras** - As receitas financeiras aumentaram R\$ 12,4 milhões ou 37,6%, para R\$ 45,6 milhões no 2T20, comparadas com os R\$ 33,2 milhões no 1T20. Esse aumento está relacionado ao maior saldo médio mantido em aplicações financeiras, alinhado com a estratégia de manutenção da liquidez da Cielo no cenário de pandemia da COVID 19, compensado parcialmente pela redução nas taxas de juros (queda na taxa CDI).

**Despesas financeiras** - As despesas financeiras reduziram R\$ 47,9 milhões ou 27,2%, para R\$ 127,9 milhões no 2T20, comparadas com os R\$ 175,8 milhões no 1T20. O decréscimo está sobretudo relacionado à redução no volume tomado em operações de curto prazo no 2T20 e ao efeito da redução da taxa de juros principalmente nos contratos de debêntures e na remuneração de terceiros em fundos de investimentos.

**Aquisição de recebíveis líquido (ARV)** – A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 137,6 milhões no 2T20, apresentando uma redução de R\$ 51,3 milhões ou 27,2%, quando comparada com os R\$ 188,9 milhões no 1T20. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução do volume de crédito adquirido decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19. Em linha com o atual cenário, a Sociedade passou a adotar medidas restritivas na alocação de recursos em segmentos de riscos elevados e destinou os recursos ao atendimento de clientes de médio e de pequeno porte.

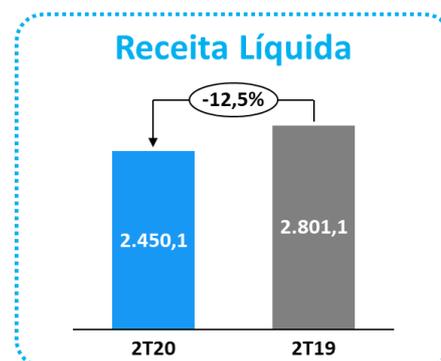
## Comentário do Desempenho

**Variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquida** – A variação cambial e a marcação a mercado de instrumentos financeiros totalizaram R\$ 15,4 milhões negativos no 2T20, representando uma variação de R\$ 25,0 milhões, quando comparada a R\$ 9,6 milhões positivos no 1T20. A variação está relacionada ao efeito contábil da marcação a mercado dos instrumentos derivativos (devido à forte oscilação da curva futura do CDI e do Cupom Cambial) contratados com o propósito de proteger passivos indexados à moeda estrangeira e ao efeito cambial sobre a posição de caixa em moeda estrangeira (oriundo de transações de cartão de crédito realizadas por estrangeiros no Brasil).

## COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 30 DE JUNHO DE 2019

### Receita Líquida

#### Comparativo Trimestral

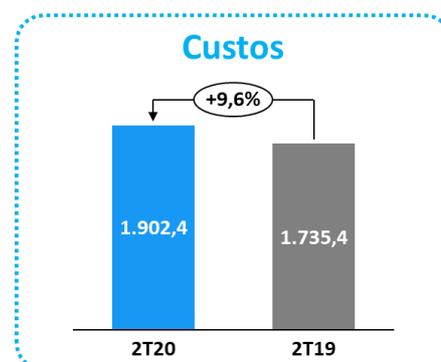


A receita líquida da Cielo consolidada totalizou R\$ 2.450,1 milhões no 2T20, representando uma redução de 12,5% ou R\$ 351,0 milhões, quando comparada aos R\$ 2.801,1 milhões no 2T19.

A redução nas receitas líquidas consolidadas é decorrente da queda do volume capturado e da redução em preços médios decorrente do ambiente mais competitivo (ambos que impactam a receita de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações na Cielo e na Stelo), do aumento nos descontos e isenções de alugueis de terminais concedidos aos clientes e da queda nas receitas de gestão de cartões da bandeira Ourocard da controlada Cateno, também em razão da menor volumetria, impactos esses que refletem fortemente os efeitos do isolamento social gerado pela pandemia da COVID-19. Essa redução foi parcialmente compensada pela expansão dos negócios de revenda de recarga de celular na M4U, pela mudança no objeto do contrato de incentivo com os bancos (os novos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes prestados pelos bancos passaram a ser registrados como custo dos serviços prestados a partir do 1T20), bem como pela valorização do dólar sobre as receitas da operação norte-americana (controlada MerchantE).

### Custos dos Serviços Prestados

#### Comparativo Trimestral



O custo dos serviços prestados totalizou R\$ 1.902,4 milhões no 2T20, representando um aumento de R\$ 167,0 milhões ou 9,6%, quando comparado aos R\$ 1.735,4 milhões realizado no mesmo trimestre do exercício anterior. O aumento decorre dos seguintes eventos:

## Comentário do Desempenho

- (i) Aumento líquido de R\$ 103,6 milhões nos **custos dos serviços prestados na controlada americana MerchantE** relacionado à apreciação do dólar médio no trimestre, visto que os gastos são originalmente denominados em moeda estrangeira apresentaram queda;
- (ii) Aumento de R\$ 55,3 milhões nos **custos com serviços prestados pelas controladas M4U**, diretamente relacionado aos custos de créditos de telefonia celular devido à expansão dos negócios de revenda de recarga virtual;
- (iii) Aumento de R\$ 45,6 milhões nos **custos relacionados a equipamentos na Cielo e Stelo**, relacionado à amortização de subsídios na venda de terminais de captura e à depreciação de equipamentos, devido à concentração das vendas de terminais subsidiados no 2º semestre de 2019 e às aquisições ao longo de 2019, respectivamente;
- (iv) Redução líquida de R\$ 38,8 milhões nos **custos vinculados à gestão de contas de pagamento do Arranjo Ourocard na Cateno**, devido à diminuição nos custos com *fees* de bandeiras em função da queda do volume no trimestre e de menores gastos com atendimento presencial nas agências e com emissão de faturas (migração para liquidação em canais digitais, com menor custo), todos resultantes principalmente dos efeitos da pandemia da COVID-19. Essa redução foi parcialmente compensada pelo aumento na volumetria de impressão e postagem de faturas e *embossing* de cartões Ourocard;
- (v) Redução de R\$ 16,0 milhões nos **custos relacionados à transação da Cielo e da Stelo**, decorrente da diminuição dos gastos com *fees* de bandeiras e outros custos atrelados ao volume capturado (efeito da pandemia da COVID-19) e da captura dos resultados de ações de eficiências em gastos. Essa redução foi parcialmente compensada pelos gastos incorridos com serviços de prospecção e manutenção de clientes prestados pelos bancos a partir de 1º de janeiro de 2020 (em substituição aos contratos de incentivos) e pela apropriação de saldos residuais, não recorrentes, no montante de R\$ 27,4 milhões, dos contratos de incentivos com os bancos Bradesco e Banco do Brasil encerrados em 2019, após a conclusão do processo de revisão por empresa especializada dos valores apurados.

## Despesas Operacionais

### Comparativo Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$ 626,5 milhões no 2T20, apresentando um aumento de R\$ 80,4 milhões ou 14,7% quando comparadas com R\$ 546,1 milhões no 2T19. O aumento ocorreu em decorrência dos seguintes eventos:

**Despesas de pessoal** - As despesas de pessoal se mantiveram em linha em R\$ 180,5 milhões no 2T20, comparadas com os R\$ 181,8 milhões no 2T19, principalmente em função de resultados de ações de redução de custos (revisão de pacote de benefícios), compensados pelos impactos do aumento salarial definido em acordo coletivo no 3T19.

**Despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação** - As despesas gerais e administrativas, incluindo depreciação, aumentaram R\$ 29,2 milhões ou 26,4%, para R\$ 139,9 milhões no 2T20, comparadas com os R\$ 110,7 milhões no 2T19. O acréscimo está relacionado aos maiores gastos na controlada MerchantE, impactados também pelo efeito da apreciação do dólar na tradução de referidos dispêndios, compensado parcialmente pelo resultado de ações de redução de gastos e de ganho de eficiência operacional na Cielo.

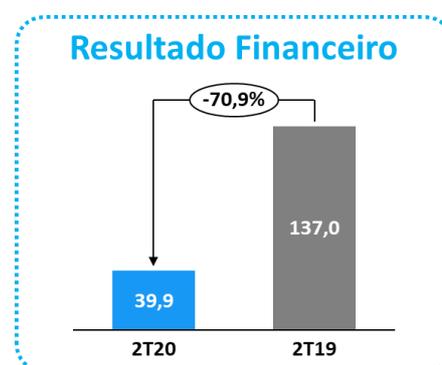
## Comentário do Desempenho

**Despesas de vendas e marketing** - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$ 43,7 milhões ou 28,3%, para R\$ 111,1 milhões no 2T20, comparadas com os R\$ 154,8 milhões no 2T19. A redução decorre de menores gastos com campanhas de marketing em relação ao 2T19 e da otimização da força comercial para credenciamento de novos clientes na Cielo, por meio da substituição da força comercial terceirizada por força comercial própria.

**Outras despesas operacionais líquidas** - As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$ 92,4 milhões ou 91,4%, para R\$ 193,5 milhões no 2T20, comparadas com os R\$ 101,1 milhões no 2T19. O acréscimo está relacionado às perdas decorrentes de aumento de contestações na Cateno (relacionado aos efeitos da COVID-19) e evento operacional pontual na Cielo (no 2T20, foi reconhecida provisão para perdas operacionais, no montante de R\$ 24,9 milhões, cujas medidas corretivas já foram implementadas para impedir novos eventos dessa natureza), ao incremento de provisão para créditos incobráveis, incluindo aqueles decorrentes dos efeitos da pandemia de COVID19 (complemento de provisão de R\$ 6,8 milhões), e às baixas de terminais de captura danificados (de R\$ 8,8 milhões), que representam em grande parte a ocorrência de eventos não recorrentes.

## Resultado Financeiro

### Comparativo Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$ 39,9 milhões no 2T20, uma redução de R\$ 97,1 milhões ou 70,9% em relação ao 2T19, que obteve um resultado de R\$ 137,0 milhões. A redução ocorreu em decorrência dos seguintes eventos:

**Receitas financeiras** - As receitas financeiras reduziram R\$ 3,0 milhões ou 6,1%, para R\$ 45,6 milhões no 2T20, comparadas com os R\$ 48,6 milhões no 2T19. A diminuição está substancialmente relacionada à redução da taxa de juros em 2020, ainda que tenha havido um maior saldo médio nas aplicações financeiras no 2T20.

**Despesas financeiras** - As despesas financeiras reduziram R\$ 50,9 milhões ou 28,5%, para R\$ 127,9 milhões no 2T20, comparadas com os R\$ 178,8 milhões no 2T19. A redução está sobretudo relacionada à queda da taxa de juros, que impacta principalmente os contratos de debêntures e a remuneração de terceiros nos fundos de investimentos, e à redução das dívidas em moeda estrangeira (recompra parcial dos *Bonds* no 2T19 e liquidação parcial do contrato de empréstimo em moeda estrangeira - “operação 4.131” no 3T19), parcialmente compensado pelos juros incorridos sobre as debêntures públicas (principal de R\$ 3,0 bilhões) emitidas em junho de 2019.

**Aquisição de recebíveis líquido (ARV)** - A receita de aquisição de recebíveis (ARV), líquida dos tributos, totalizou R\$ 137,6 milhões no 2T20, apresentando uma redução de R\$ 151,4 milhões ou 52,4%, quando comparada com os R\$ 289,0 milhões no 2T19. O decréscimo está substancialmente relacionado à redução do volume de crédito adquirido decorrente dos efeitos da pandemia da COVID-19. Em linha com o atual cenário, a Sociedade passou a adotar medidas restritivas na alocação de recursos em segmentos de riscos elevados e destinou os recursos ao atendimento de clientes de médio e de pequeno porte.

**Variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquida** - A variação cambial e marcação a mercado de instrumentos financeiros, líquida totalizou R\$ 15,4 milhões de perda no 2T20, representando uma variação de R\$ 6,4 milhões, quando comparada com a perda de R\$ 21,8 milhões no 2T19. A variação está relacionada ao efeito contábil da marcação a mercado de derivativos contratados com o propósito de proteger passivos indexados à moeda estrangeira e ao efeito cambial incidente sobre a posição de caixa em moeda estrangeira oriunda de transações de cartão de crédito realizadas por estrangeiros no Brasil.

**Comentário do Desempenho****EBITDA****EBITDA**

O EBITDA consolidado totalizou R\$ 236,0 milhões no 2T20, representando uma redução de 58,9% em relação ao 1T20 e de 69,7% sobre o 2T19, conforme demonstrado a seguir:

<b>EBITDA (R\$ milhões)</b>	<b>2T20</b>	<b>2T19</b>	<b>1T20</b>
Resultado Líquido Cielo	(75,2)	428,5	166,8
Outros acionistas que não a Cielo	16,3	49,3	35,8
Resultado Financeiro Líquido	(39,9)	(137,0)	(55,9)
Imposto de Renda e Contribuição Social	20,0	178,8	109,9
Depreciação e Amortização	314,9	258,4	317,1
<b>EBITDA</b>	<b>236,0</b>	<b>778,0</b>	<b>573,7</b>
% Margem EBITDA	9,6%	27,8%	20,3%

O EBITDA corresponde ao lucro (prejuízo) líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro (prejuízo) líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

**IMPACTOS DA PANDEMIA GLOBAL DE COVID-19**

Após o primeiro semestre de 2020, foram perceptíveis os efeitos da pandemia da COVID-19, com impacto na redução do volume capturado na Cielo e na Cateno, devido ao isolamento social, bem como concentração das transações em nichos considerados essenciais (como mercados e farmácias), em sua maioria na categoria débito e que possuem menores taxas de intercâmbio.

Esse impacto trouxe efeitos diretos na receita de comissão na Cielo e intercâmbio na Cateno, além da apreciação do dólar, causada pela atual crise econômica, impactando as receitas e despesas das controladas no exterior Cielo Inc. e MerchantE.

Adicionalmente, tão logo do início do surto no Brasil, a estratégia de gestão de caixa passou a privilegiar o aumento da liquidez da Sociedade.

Também pelo desempenho operacional e financeiro da Cielo ter uma forte dependência do consumo nacional e consequentemente do volume de transações no mercado de cartões, a Sociedade reconheceu provisão adicional de perdas para saldos em atraso de clientes avaliados como segmento de alto risco de inadimplência. Esse procedimento será mantido até a conclusão dos impactos da pandemia, sendo reavaliado mensalmente, de acordo com a evolução da carteira de cobrança.

Diante de possíveis cenários de extensão do isolamento social e consequente alongamento de restrições de liquidez do mercado, a Sociedade acredita que possui capacidade de gerenciar seu caixa de forma a fazer frente a todos seus compromissos. Adicionalmente, tendo em vista uma potencial queda significativa de sua geração

## Comentário do Desempenho

de resultado, a Sociedade vem realizando diferentes iniciativas visando readequar a sua estrutura de custos e de capital para o novo momento econômico.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

---

A governança corporativa é um valor para a Sociedade, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Sociedade. Para tanto, a Sociedade adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), evidenciando o comprometimento da Sociedade e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Sociedade e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria-Executiva, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente; (f) da existência de Calendário Anual de Eventos e Agenda Anual do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual define os princípios básicos que deverão nortear as relações e atividades na Sociedade, além de reforçar a necessidade de cumprir a legislação vigente, amplamente disseminado na Sociedade e publicamente divulgado no site de Relações com Investidores da Sociedade.

Importante destacar que, desde 2013, a Cielo instituiu a Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses da Sociedade (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Sociedade envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Sociedade, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa, sendo revista em julho de 2019 para aderir às recomendações do Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhia Abertas elaborado pelo Grupo de Trabalho Interagentes, o qual é coordenado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

Com relação à aprovação das transações com partes relacionadas, compete ao Comitê de Governança Corporativa avaliar a transação (o negócio e sua justificativa), bem como a documentação que demonstre que a respectiva transação será realizada em condições equânimes de mercado (tais como, mas não se limitando a, propostas comerciais e pesquisas de mercado). Não obstante o envio desta documentação, nas hipóteses em que o referido Comitê julgar necessário, deverá ser apresentado um laudo de avaliação independente, elaborado sem a participação de nenhuma parte envolvida na transação com parte relacionada, seja ela banco, advogado, empresa de consultoria especializada, entre outros, com base em premissas realistas e informações referendadas por terceiros. Após análise, o Comitê de Governança Corporativa recomendará ou não o tema para deliberação do Conselho de Administração da Sociedade, que terá acesso a todos os documentos relacionados às transações com partes relacionadas.

Importante destacar que o Comitê de Governança Corporativa quando convocado para avaliar transações entre a Sociedade e qualquer de seus acionistas controladores, em caráter excepcional, será composto por todos os conselheiros independentes devendo referidos conselheiros independentes serem convocados a apreciar a matéria na condição de membros ad hoc do Comitê, em substituição ao(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) conflitado(s), além dos membros do Comitê que não estiverem conflitados.

Ademais, os membros do Conselho de Administração em posição de conflito (i) a priori, não participarão das reuniões ou (ii) se estiverem presentes em razão de outros assuntos pautados, deverão se ausentar das

## Comentário do Desempenho

discussões sobre o tema e se abster de votar em deliberação sobre a matéria. Caso solicitado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Diretor-Presidente, conforme o caso, tais membros poderão participar parcialmente das discussões, visando subsidiá-las com maiores informações sobre a operação e as partes envolvidas, devendo sempre, contudo, se ausentar ao final da discussão, inclusive do processo de votação da matéria. Também não participarão das reuniões do Conselho de Administração ou Comitê de Governança Corporativa o(s) membro(s) indicado(s) pelo(s) acionista(s) controlador(es) que não esteja(m) em posição de conflito quando a matéria que será objeto de deliberação se referir a questão estratégica do acionista conflitado.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Cielo, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Sociedade, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Sociedade e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade, eleger os membros da Diretoria-Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Sociedade é composta por até 10 (dez) membros e exerce a administração geral da Sociedade, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Sociedade às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 6 (seis) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas e Remuneração, Comitê de Sustentabilidade e Comitê de Riscos; e a Diretoria-Executiva possui 11 (onze) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gastos, Fórum de Investimentos Sociais e Culturais, Fórum de Preços, Fórum de Projetos, Fórum de Diversidade, Fórum de Inovação e Fórum de Produtos e Serviços, Fórum Gestor de Segurança da Informação e Fórum de Privacidade de Dados.

O Conselho Fiscal da Cielo, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) membro independente.

A Sociedade está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Sociedade, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Sociedade, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Sociedade, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado – engajamento de colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo – gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade.

O plano tem ações previstas para o intervalo de 2017 a 2021 e, algumas práticas já começaram a ser implementadas, como, por exemplo, o Programa de Diversidade, que foi estruturado no 2º semestre de 2019. Tal programa conta com 4 grupos de afinidades (Etnia, LGBTQI+, Gênero e PCDs) e visam promover a acessibilidade e equidade em todas as relações. Outro resultado já alcançado decorrente do Planejamento Estratégico foi a certificação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) NBR ISO14.001 para sede da Cielo.

Previsto para iniciar-se no segundo semestre de 2020, a revisão do Plano Estratégico de Sustentabilidade, com vigência até 2021, estabelecerá os novos direcionadores estratégicos da Sociedade para sua atuação nos pilares de sustentabilidade. A revisão será pautada em uma avaliação do desempenho da sustentabilidade, obtida com os programas e práticas vigentes, em diálogos estratégicos com *stakeholders* e na avaliação dos aspectos materiais geradores de valor compartilhado.

As boas práticas, já implementadas pela Sociedade, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos empreendedores brasileiros.

## Comentário do Desempenho

Em linha com sua estratégia climática, a Sociedade responde à iniciativa de transparência do *Carbon Disclosure Initiative* (CDP), atingindo desde 2019 o score B. Fruto dessa estratégia climática, a Sociedade integra o Índice Carbono Eficiente (ICO2) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão) e, desde o primeiro semestre de 2020, compõe também o índice de resiliência climática, ICDPR-70, composto de empresas com scores C, ou superior, do CDP, dentre as 100 ações mais líquidas da B3. A geração de valor para a Sociedade e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Sociedade. Por meio do Código de Conduta Ética, a Sociedade busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Sociedade publicou, em maio de 2020, o Relatório de Sustentabilidade 2019, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da *Global Reporting Initiative* (GRI), versão GRI Standards, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Sociedade, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Cielo, integra, pelo sexto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Sociedade, as boas práticas de governança corporativa, gestão de fornecedores – levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida dos colaboradores.

Em 2019, a Sociedade integrou, pelo quarto ano consecutivo, a carteira do Dow Jones *Sustainability Index* (DJSI), na categoria World (com vigência até setembro de 2020). Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de riscos, mitigação da mudança climática, práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Sociedade possui *American Depositary Receipts* (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional.

## RELACIONAMENTO COM AUDITORES

---

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o 1T20, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes foram contratados para prestar serviços não relacionados à auditoria externa durante o 1º semestre de 2020, que consiste na asseguarção limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança do Relatório de Sustentabilidade de 2019 e asseguarção razoável sobre a conformidade com as cláusulas (obrigações) do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (“TCC”) estabelecidas entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) e a Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante das contratações foi de R\$ 280,0 mil e representa cerca de 12,2% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2020 da Controladora Cielo e de suas controladas Cateno, Stelo, Braspag, Orizon, e Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC’s).

## **Comentário do Desempenho**

### **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

---

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as Informações Contábeis Intermediárias referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020.

\*\*\*

## Notas Explicativas

### **Informações consolidadas ITR**

Em conformidade com as Cartas Circulares nº 3.447/10 e nº 3.833/17 do Banco Central do Brasil, a Sociedade optou por elaborar suas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. Desta forma, preenchemos apenas os quadros referentes aos dados padronizados das informações individuais, uma vez que os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas são aplicáveis, somente, quando da elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB. Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado e as respectivas Demonstrações do Resultado Individual e Consolidado, bem como suas Notas Explicativas, os Fluxos de Caixa Individual e Consolidado e o Valor Adicionado Individual e Consolidado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN:

## Notas Explicativas

## Cielo S.A.

Balancos patrimoniais levantados em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019  
(Em milhares de reais)

<u>Ativo</u>	<u>Nota</u>	<u>Controladora</u> <u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>(Reapresentado)</u>	<u>Consolidado</u> <u>30/06/2020</u>	<u>31/12/2019</u> <u>(Reapresentado)</u>
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	796.585	191.400	6.903.015	3.212.392
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos	5	237.544	48.580	237.544	48.580
Fundos de investimentos em direitos creditórios	6	5.661.637	7.885.074	-	-
Rendas a receber	7	275.725	284.638	730.842	875.676
Contas a receber de emissores	7	53.018.903	71.864.873	53.807.614	72.192.036
Contas a receber com partes relacionadas	27	148.049	196.893	-	-
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		255.165	130.527	360.150	488.487
Outras contas a receber operacionais		320.071	273.120	438.309	414.993
Provisão para créditos incobráveis	6	(295.978)	(245.948)	(320.377)	(267.705)
Outros valores a receber		75.821	85.636	98.726	100.770
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>60.493.522</b>	<b>80.714.793</b>	<b>62.255.823</b>	<b>77.065.229</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		184.351	-	184.351	-
Depósitos judiciais	13	1.573.415	1.386.621	1.580.424	1.594.140
Créditos tributários	8	862.107	907.991	1.068.216	1.132.687
Outras contas a receber operacionais		48.475	26.914	50.338	28.925
Outros valores a receber		-	87	-	87
<b>Permanente</b>					
Investimentos	9	8.787.941	8.850.696	123.306	126.229
Imobilizado de uso	10	822.632	830.132	874.312	881.384
Intangível	11	581.317	562.734	10.754.358	10.935.658
<b>Total do ativo realizável a longo prazo e permanente</b>		<b>12.860.238</b>	<b>12.765.195</b>	<b>14.635.505</b>	<b>14.719.090</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>73.353.760</b>	<b>93.479.988</b>	<b>76.891.328</b>	<b>91.784.319</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Obrigações por empréstimos	12	1.721.742	917.685	1.722.578	918.337
Instrumentos financeiros derivativos	6	46.670	47.513	46.670	47.513
Outras obrigações		52.340.085	73.568.211	51.330.164	67.368.476
Sociais e estatutárias	15 e 22	70.983	152.385	97.624	203.223
Fiscais e previdenciárias	7	99.414	104.375	266.451	553.689
Contas a pagar a estabelecimentos	12	46.568.313	62.805.144	47.672.588	63.340.980
Contas a pagar com partes relacionadas	27	4.985.887	9.906.443	-	-
Obrigações com cotas senior FIDC		-	-	2.000.173	2.000.352
Outras		615.488	599.864	1.293.328	1.270.232
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>54.108.497</b>	<b>74.533.409</b>	<b>53.099.412</b>	<b>68.334.326</b>
<b>Exigível a longo prazo</b>					
Obrigações por empréstimos	12	6.931.933	6.799.128	9.045.371	8.327.298
Outras obrigações	14	3.167.415	2.717.196	1.947.838	2.020.115
Provisões para contingências		1.784.253	1.806.874	1.801.582	1.830.747
Impostos e contribuições diferidos		-	-	56.927	70.757
Provisão para obrigações com investidas		1.327.128	861.815	60	51
Outras		56.034	48.507	89.269	118.560
<b>Total do passivo exigível a longo prazo</b>		<b>10.099.348</b>	<b>9.516.324</b>	<b>10.993.209</b>	<b>10.347.413</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	15	5.700.000	5.700.000	5.700.000	5.700.000
Reservas de capital	15	65.025	65.658	65.025	65.658
Reservas de lucros	15	3.768.964	3.708.079	3.768.964	3.708.079
Outros resultados abrangentes	15	(311.270)	12.716	(311.270)	12.716
(-) Ações em tesouraria	15	(76.804)	(56.198)	(76.804)	(56.198)
<b>Atribuído a:</b>					
Acionistas controladores		9.145.915	9.430.255	9.145.915	9.430.255
Outros acionistas que não a Cielo		9.145.915	9.430.255	3.652.792	3.672.325
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>9.145.915</b>	<b>9.430.255</b>	<b>12.798.707</b>	<b>13.102.580</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>73.353.760</b>	<b>93.479.988</b>	<b>76.891.328</b>	<b>91.784.319</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

## Cielo S.A.

## Demonstrações dos resultados

Para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019  
(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Trimestre		Semestre		Trimestre		Semestre	
		30/06/2020	30/06/2019 (Reapresentado)	30/06/2020	30/06/2019 (Reapresentado)	30/06/2020	30/06/2019 (Reapresentado)	30/06/2020	30/06/2019 (Reapresentado)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	17	977.718	1.323.583	2.188.704	2.756.073	2.450.076	2.801.180	5.280.956	5.575.294
<b>CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	18	(642.509)	(612.540)	(1.568.844)	(1.256.462)	(1.902.393)	(1.735.419)	(3.960.070)	(3.411.778)
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>335.209</b>	<b>711.043</b>	<b>819.860</b>	<b>1.499.611</b>	<b>547.683</b>	<b>1.065.761</b>	<b>1.320.886</b>	<b>2.163.516</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>									
Pessoal	18	(67.644)	(78.776)	(150.762)	(164.544)	(180.522)	(181.802)	(375.078)	(368.827)
Gerais e administrativas	18	(110.281)	(122.821)	(232.951)	(240.055)	(139.908)	(110.681)	(253.280)	(211.888)
Vendas e marketing	18	(39.894)	(89.101)	(68.151)	(129.432)	(111.099)	(154.864)	(202.848)	(250.860)
Equivalência patrimonial	9	(79.485)	65.045	(84.733)	115.295	(1.544)	2.297	(424)	4.284
Outras despesas operacionais, líquidas	19	(137.338)	(84.859)	(205.482)	(183.712)	(193.503)	(101.098)	(311.493)	(224.028)
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>		<b>(99.433)</b>	<b>400.531</b>	<b>77.781</b>	<b>897.163</b>	<b>(78.893)</b>	<b>519.613</b>	<b>177.763</b>	<b>1.112.197</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>									
Receitas financeiras	25	9.330	9.884	13.379	15.570	45.699	48.643	78.789	93.784
Despesas financeiras	25	(88.660)	(121.166)	(127.896)	(220.925)	(127.896)	(178.809)	(303.649)	(334.822)
Aquisição de recebíveis e FIDC	25	133.037	259.236	300.790	534.492	137.584	289.001	326.523	591.038
Variação cambial e MM, líquido	25	(15.223)	(21.744)	(5.633)	(27.782)	(15.439)	(21.761)	(5.859)	27.770
		38.484	126.210	89.213	356.919	39.948	137.074	95.804	377.770
<b>LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>		<b>(60.949)</b>	<b>526.741</b>	<b>166.994</b>	<b>1.254.082</b>	<b>(38.945)</b>	<b>656.687</b>	<b>273.567</b>	<b>1.489.967</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>									
Correntes	8	(31.405)	(79.929)	(29.514)	(282.464)	(38.159)	(169.881)	(91.035)	(451.799)
Diferidos	8	17.147	(18.361)	(45.883)	1.606	18.190	(9.022)	(38.829)	25.119
<b>LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>(75.207)</b>	<b>428.451</b>	<b>91.597</b>	<b>973.224</b>	<b>(58.914)</b>	<b>477.784</b>	<b>143.703</b>	<b>1.063.287</b>
<b>Atribuído a:</b>									
Acionistas controladores									
Outros acionistas que não a Cielo									
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	16	(0,02776)	0,15789	0,03381	0,35865	(0,02776)	0,15789	0,03381	0,35865
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	16	(0,02770)	0,15774	0,03374	0,35830	(0,02770)	0,15774	0,03374	0,35830

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.



## Notas Explicativas

**Cielo S.A.**  
**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido**  
 Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019  
*(Em milhares de reais)*

	Reserva de lucros										Total do Patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Apções em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais	Retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Total da participação dos acionistas controladores	Participação de outros acionistas que não a Cielo	
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2019</b>	5.700.000	71.255	(50.578)	1.049.745	1.824.726	709.500	-	59.622	9.364.270	3.666.004	13.030.274
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(11.758)	-	-	-	-	-	(11.758)	-	(11.758)
Apções restritas outorgadas	-	15.172	-	-	-	-	-	-	15.172	-	15.172
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercicio de ações	-	(7.135)	7.135	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	973.224	-	973.224	90.063	1.063.287
Destinação sobre o lucro líquido do período:											
Reserva legal	-	-	-	48.984	-	-	(48.984)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(136.100)	-	(136.100)	-	(136.100)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	(7.194)	-	(7.194)	-	(7.194)
Juros sobre capital próprio pagos	-	-	-	-	-	-	(147.800)	-	(147.800)	-	(147.800)
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(709.500)	(216.973)	-	(926.473)	-	(926.473)
Outros resultados abrangentes:											
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	7.788	7.788	-	7.788
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(5.557)	(5.557)	-	(5.557)
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(06.966)	(06.966)
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>5.700.000</b>	<b>79.292</b>	<b>(55.201)</b>	<b>1.098.729</b>	<b>1.824.726</b>	<b>-</b>	<b>416.173</b>	<b>61.863</b>	<b>9.125.572</b>	<b>3.659.101</b>	<b>12.784.673</b>
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2020</b>	<b>5.700.000</b>	<b>65.658</b>	<b>(56.198)</b>	<b>1.128.753</b>	<b>2.579.326</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>12.716</b>	<b>9.430.255</b>	<b>3.672.325</b>	<b>13.102.580</b>
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(27.560)	-	-	-	-	-	(27.560)	-	(27.560)
Apções restritas outorgadas	-	6.321	-	-	-	-	-	-	6.321	-	6.321
Venda/transfêrencia de ações em tesouraria pelo exercicio de ações	-	(6.954)	6.954	-	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	91.597	-	91.597	52.106	143.703
Destinação sobre o lucro líquido do período:											
Reserva legal	-	-	-	4.580	-	-	(4.580)	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio proposto	-	-	-	-	-	-	(30.712)	-	(30.712)	-	(30.712)
Outros resultados abrangentes:											
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(323.986)	(323.986)	-	(323.986)
Efeito dos outros acionistas que não a Cielo sobre entidades consolidadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(71.639)	(71.639)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>5.700.000</b>	<b>65.025</b>	<b>(76.804)</b>	<b>1.133.333</b>	<b>2.579.326</b>	<b>-</b>	<b>56.305</b>	<b>(311.270)</b>	<b>9.145.915</b>	<b>3.652.792</b>	<b>12.798.707</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

Cielo S.A.

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
		<b>(Reapresentado)</b>		<b>(Reapresentado)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	166.994	1.254.082	273.567	1.489.967
<b>Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:</b>				
Depreciações e amortizações	9, 10 e 11	231.291	156.204	632.006
Baixas/perdas de imobilizado e intangível	10 e 11	15.796	30.225	32.977
Equivalência patrimonial	9	84.733	(115.295)	424
Variação cambial sobre imobilizado e intangível	10 e 11	-	-	(153.001)
Opções de ações outorgadas		(633)	8.037	(633)
Perdas com créditos incobráveis e fraude	19	183.931	135.295	277.221
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	6.662	61.631	521
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	12	317.624	(33.148)	902.960
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		(328.332)	(24.388)	(328.332)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	12	161.075	192.598	161.191
Amortização de custos de emissão de dívidas	12	20.325	-	20.325
Efeito de variação cambial sobre conversão de ativos e passivos no exterior		-	-	(323.986)
Rendimento de participação no FIDC		(315.459)	(466.839)	-
<b>(Aumento)/redução nos ativos operacionais:</b>				
Rendas a receber		8.913	(55.768)	144.834
Contas a receber de emissores		18.712.069	(6.171.914)	18.159.873
Contas a receber com partes relacionadas		48.844	(81.295)	-
Créditos tributários		45.884	(4.469)	65.401
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		(124.638)	(32.396)	128.337
Depósitos judiciais		13.206	(2.360)	13.716
Outros valores e bens		9.902	(5.818)	2.131
Outros ativos		(39.611)	25.861	(22.203)
Instrumentos financeiros, incluindo derivativos		(45.826)	20.619	(45.826)
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais:</b>				
Sociais e estatutárias		(30.837)	(15.954)	(54.998)
Fiscais e previdenciárias		(23.651)	(180.478)	(120.659)
Contas a pagar a estabelecimentos		(16.236.831)	3.934.254	(15.668.392)
Contas a pagar com partes relacionadas		(4.920.556)	1.360.815	-
Provisões para contingências		(29.283)	(7.190)	(29.686)
Outros passivos		626	(93.667)	(28.516)
<b>Caixa proveniente/(utilizado) das operações</b>		<b>(2.067.782)</b>	<b>(111.358)</b>	<b>4.039.252</b>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(56.707)	(270.022)	(310.273)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais</b>		<b>(2.124.489)</b>	<b>(381.380)</b>	<b>3.728.979</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Aquisições de cotas FIDC's		(1.271.321)	(3.516.250)	-
Resgate de cotas FIDC's		3.810.217	2.583.491	-
Integralização de capital em controladas	9	(55.000)	-	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	167.973	276.354	2.124
Aquisições de imobilizado de uso	10	(127.529)	(409.995)	(136.854)
Aquisições de intangível	11	(130.621)	(83.900)	(167.906)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento</b>		<b>2.393.719</b>	<b>(1.150.300)</b>	<b>(302.636)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>				
Captação de empréstimos	12	4.466.996	6.423.013	4.466.996
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	12	(3.828.274)	(3.524.215)	(3.828.274)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	12	(14.473)	-	(14.473)
Juros pagos	12	(186.411)	(205.811)	(186.411)
Aquisição de ações em tesouraria	15.c)	(27.560)	(11.758)	(27.560)
Venda/transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações		6.954	7.135	6.954
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(81.277)	(1.239.773)	(152.952)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>		<b>335.955</b>	<b>1.448.591</b>	<b>264.280</b>
<b>Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>605.185</b>	<b>(83.089)</b>	<b>3.690.623</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>				
Saldo final	4	796.585	44.575	6.903.015
Efeito de variação cambial sobre caixa e equivalentes de caixa no exterior		-	-	(13.641)
Saldo inicial	4	191.400	127.664	3.212.392
<b>Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>605.185</b>	<b>(83.089)</b>	<b>3.690.623</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas**

Cielo S.A.

**Demonstrações do valor adicionado**

Para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Controladora		Consolidado		
	30/06/2020	30/06/2019 (Reapresentado)	30/06/2020	30/06/2019 (Reapresentado)	
<b>RECEITAS</b>					
Vendas de serviços	17	2.438.934	3.067.663	5.787.671	6.143.355
Perda com créditos incobráveis e fraude	19	(183.931)	(135.295)	(277.222)	(165.530)
		<b>2.255.003</b>	<b>2.932.368</b>	<b>5.510.449</b>	<b>5.977.825</b>
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Gastos com serviços prestados		(1.033.984)	(1.031.884)	(3.197.793)	(2.922.070)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(290.968)	(346.932)	(446.208)	(340.506)
Outros gastos, líquidos	19	(6.220)	(19.678)	(18.927)	(29.765)
Perda na realização de ativos	19	(15.331)	(28.739)	(15.344)	(28.733)
		<b>(1.346.503)</b>	<b>(1.427.233)</b>	<b>(3.678.272)</b>	<b>(3.321.074)</b>
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>					
		<b>908.500</b>	<b>1.505.135</b>	<b>1.832.177</b>	<b>2.656.751</b>
Retenções					
Depreciações e amortizações	10 e 11	(231.291)	(156.204)	(632.006)	(494.143)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>					
		<b>677.209</b>	<b>1.348.931</b>	<b>1.200.171</b>	<b>2.162.608</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Equivalência patrimonial	9	(84.733)	115.295	(424)	4.284
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e aquisição de recebíveis, líquidas	25	308.536	579.144	399.452	713.892
		<b>223.803</b>	<b>694.439</b>	<b>399.028</b>	<b>718.176</b>
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>					
		<b>901.012</b>	<b>2.043.370</b>	<b>1.599.199</b>	<b>2.880.784</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Pessoal e encargos		(189.807)	(184.279)	(405.743)	(395.682)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	22	(40.249)	(37.981)	(62.839)	(54.198)
Impostos, taxas e contribuições		(353.195)	(619.953)	(678.937)	(1.033.671)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(226.164)	(227.933)	(299.722)	(303.700)
Dividendos e JCP pagos		-	(364.773)	(165.849)	(364.773)
Dividendos e JCP propostos		(30.712)	(143.294)	(30.712)	(143.294)
Retenção de lucros		(60.885)	(465.157)	96.709	(488.500)
Outros acionistas que não a Cielo		-	-	(52.106)	(96.966)
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>					
		<b>(901.012)</b>	<b>(2.043.370)</b>	<b>(1.599.199)</b>	<b>(2.880.784)</b>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

## Notas Explicativas

### Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)*

#### 1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade e controladas em conjunto, que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

#### Eventos significativos do semestre

No semestre findo em 30 de junho de 2020, destacam-se os seguintes eventos:

- Em 13 de fevereiro de 2020, foi realizado o pagamento dos juros sobre capital próprio (“JCP”) no montante de R\$ 81.277, relativos ao 4º trimestre de 2019. Os proventos relativos ao resultado do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2020 serão deliberados e pagos no primeiro trimestre de 2021.
- No 1º semestre de 2020, foram realizadas operações de Cessão de Recebíveis no montante de R\$ 4.775.198, sem direito de regresso e sem coobrigação, a um custo médio de 142,74% do CDI. O saldo de contas a receber de emissores, no ativo, está apresentado líquido dos valores cedidos.
- No 1º semestre de 2020, foram captados pela Sociedade R\$ 4.466.996 em contratos de Cédula de Crédito Bancário e outras linhas de crédito de curto prazo (a taxa média de 116,75% CDI). Ao decorrer do 2º trimestre de 2020, uma parcela destas operações foi liquidada, sendo que o saldo em aberto em 30 de junho de 2020 totaliza R\$ 1.000.000.
- A partir de 1º de janeiro de 2020, a controlada Stelo passou a ser consolidada pelo Grupo Cielo sem a defasagem de um mês, ou seja, passou a ser consolidada no próprio mês de competência. Essa mudança na prática contábil visou resultar em informação mais confiável e relevante nas demonstrações contábeis. Os saldos comparativos estão apresentados na nota explicativa 2.20 para fins de comparabilidade com a nova política adotada.
- A partir de março de 2020, foram sentidos os impactos iniciais da pandemia da COVID-19, com redução de volume capturado na Cielo e na Cateno, e conseqüente efeito na receita de comissão e de intercâmbio, respectivamente. Como estratégia da gestão de caixa, passou-se a privilegiar o reforço de liquidez da Sociedade. Adicionalmente, ao decorrer do 2º trimestre de 2020, a Sociedade passou a acompanhar mensalmente a evolução dos desdobramentos da pandemia e a rever suas estimativas contábeis frente aos possíveis impactos decorrentes do isolamento social.

## Notas Explicativas

As informações apresentadas nas Demonstrações Financeiras já refletem os impactos decorrentes da pandemia, em destaque os complementos de provisões para perdas com segmentos mais afetados pela crise e as medidas tomadas para gerenciamento dos riscos potencializados pela pandemia, divulgados nas notas explicativas 19 e 26, respectivamente.

- Em 15 de junho de 2020, o contrato de *Non Deliverable Forward* (“NDF”) com valor nominal de US\$ 98.000, que visava proteger a oscilação cambial sobre os *Bonds* foi liquidado. Com o objetivo de manter uma estrutura de proteção dos *Bonds*, no montante de US\$ 97.151, a Sociedade: (i) contratou novos instrumentos *NDF* no valor total nominal de US\$ 73.700 com datas de vencimento de acordo com o pagamento das parcelas semestrais de juros e do principal ao final; e (ii) efetuou uma aplicação financeira em moeda estrangeira no montante de US\$ 33.630, a uma taxa de remuneração de 3,15% a.a. e com vencimento em 14 de novembro de 2022 (data de liquidação dos *Bonds*).

### Eventos societários

#### *Aquisição de participação remanescente na Multidisplay*

Em 29 de maio de 2020, a Sociedade formalizou sua concordância em relação ao montante de R\$ 29.058 para o Exercício de Opção de Venda da participação remanescente detida pelos sócios-fundadores da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A (“Multidisplay”), após cálculo com base nas Demonstrações Financeiras auditadas de 2019, conforme opção prevista no acordo firmado em 04 de julho de 2016 acerca da aquisição da parcela complementar de 41,34% (quando a Sociedade passou a deter 91,44% da Multidisplay). Com a aquisição dessas ações representativas dos 8,56% do capital remanescente, a Cielo passará a deter 100% de participação na Multidisplay. A operação será concluída após a aprovação do Banco Central do Brasil.

## 2 Resumo das principais práticas contábeis

### 2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade, e de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (“CMN”), do Banco Central do Brasil (“BACEN”), denominadas em conjunto “COSIF” e da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), quando aplicável.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 23 de julho de 2020.

### 2.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos incobráveis (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável do ágio (quando aplicável), provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

## Notas Explicativas

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Merchant e-Solutions, Inc (“MerchantE”). Adicionalmente, com relação à MerchantE, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e MerchantE (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim de cada período. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

### 2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da MerchantE, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a MerchantE manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a MerchantE é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

## Notas Explicativas

### 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas (aplicações no mercado aberto), aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

#### *Aplicações no mercado aberto*

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

### 2.6 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da intenção da Administração da Sociedade em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/01:

#### *Títulos para negociação*

São aqueles adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;

#### *Títulos disponíveis para venda*

São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

#### *Títulos mantidos até o vencimento*

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os instrumentos financeiros classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os instrumentos financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os instrumentos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor

## Notas Explicativas

do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do período se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08/11/2001, do BACEN, os instrumentos financeiros classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento.

### 2.7 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas câmbio. A Sociedade mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado como um “*hedge*” de fluxo de caixa ou um “*hedge*” de variação cambial de investimentos no exterior são registradas em outros resultados abrangentes, e quando qualificados como um “*hedge*” de risco de mercado, o objeto e o instrumento de “*hedge*” são registrados no resultado pelos valores justos.

A Sociedade avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor justo ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um objeto de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido em outros resultados abrangentes, é imediatamente reportado na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de risco de mercado são reconhecidas na linha de resultado financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

### 2.8 Contas a receber de emissores e contas a pagar a estabelecimentos

#### a) Contas a receber operacionais

##### *Contas a receber de emissores*

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

##### *Valores a receber de transações financeiras processadas*

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela MerchantE que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

##### *Valores a receber de estabelecimentos*

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

#### b) Contas a pagar a estabelecimentos

##### *Contas a pagar a estabelecimentos*

Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões

## Notas Explicativas

aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade.

### ***Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas pela MerchantE***

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A MerchantE paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

### ***Cauções de clientes***

A MerchantE mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

## **2.9 Investimentos**

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior são adaptadas aos critérios contábeis da controladora e convertidas para a moeda real pela taxa do final do período.

## **2.10 Imobilizado**

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## **2.11 Intangível**

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

### ***Ativos intangíveis adquiridos separadamente***

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

## Notas Explicativas

### *Ativos intangíveis gerados internamente*

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

### **2.12 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis**

Anualmente, e se houver evidência, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### **2.13 Ágio**

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

### **2.14 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### *Impostos correntes*

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

#### *Impostos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada semestralmente, e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis

## Notas Explicativas

para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

### 2.15 Benefícios a empregados

#### *Previdência Complementar*

Refere-se a valores que a Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

#### *Benefício pós-emprego*

Representa valores que a Sociedade possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

### 2.16 Provisões para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

### 2.17 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Sociais e Estatutárias”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

### 2.18 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais,

## Notas Explicativas

se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

### 2.19 Adoção inicial de normas

A partir de janeiro de 2020, a Sociedade adotou inicialmente a Circular BACEN nº 3.959/19, que altera o modelo de publicação das demonstrações financeiras. No quadro abaixo, demonstramos a mudança para a Sociedade quanto à classificação de seus ativos e passivos, a partir dos requisitos da Circular BACEN nº 3.959/19:

<b>Ativo/Passivo</b>	<b>Classificação anterior</b>	<b>Classificação Circular nº 3.959</b>
Disponibilidades	Disponibilidades	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Caixa e equivalentes de caixa
Aplicações em fundos de investimentos e demais aplicações financeiras	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Caixa e equivalentes de caixa
Derivativos	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Instrumentos financeiros, incluindo derivativos
Fundo de investimento em direitos creditórios	Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	Fundo de investimento em direitos creditórios
Outros ativos	Outros	Outras contas a receber operacionais
Outros valores e bens	Outros valores e bens	Outros valores a receber
Depósitos judiciais	Devedores por depósito em garantia	Depósitos judiciais
Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes

Após as análises realizadas, a Sociedade não identificou efeitos significativos da adoção desta norma nas Demonstrações Financeiras.

### 2.20 Alteração de política contábil – Reconhecimento da Equivalência Patrimonial da controlada Stelo

Em 14 de setembro de 2018, a Sociedade adquiriu o controle indireto das ações da controlada Stelo por meio de sua controlada Aliança, que comprou 70% de participação na Stelo, passando a deter 100% do capital social da empresa. A partir dessa data, as atividades da Stelo ganharam representatividade na estratégia do Grupo, principalmente na atuação com o segmento de clientes Empreendedores.

Na consolidação das demonstrações financeiras até 31 de dezembro de 2019, foram utilizadas as informações contábeis da controlada indireta Stelo com um mês de defasagem. Nas demonstrações financeiras individuais, da mesma forma, foram utilizadas as informações contábeis da Stelo referentes a 30 dias antes da data dos demonstrativos para efeito de cálculo do investimento.

Com o objetivo de obter informações contábeis mais relevantes e confiáveis ao desempenho financeiro do Grupo, a Administração da Sociedade optou por mudar a política contábil de consolidação da controlada indireta Stelo a partir de 1º de janeiro de 2020, deixando de reconhecer

## Notas Explicativas

a equivalência com defasagem de 30 dias e passando a consolidar suas informações contábeis no mesmo período de competência da controladora Cielo.

A Administração entendeu que a nova política contábil utilizada para o reconhecimento do resultado da equivalência patrimonial da controladora Stelo traria maior transparência, maior aderência à performance financeira do período e, por consequência, maior facilidade na interpretação dos resultados por parte dos investidores e agentes de mercado.

Essa mudança de prática contábil foi registrada de acordo com o pronunciamento técnico CPC nº 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em decorrência da aplicação deste pronunciamento, a Sociedade preparou o balanço de abertura considerando a aplicação da alteração de política contábil em 2019. Para fins comparativos, foram preparadas também as informações financeiras consolidadas referentes às demonstrações do resultado para o trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2019.

### Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2019

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	31/12/2019 Reapresentado	31/12/2019 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	31/12/2019 Reapresentado
<b>Ativo:</b>						
Circulante	81.021.605	-	81.021.605	77.545.368	(79.648)	77.465.720
Não circulante	12.495.482	(37.100)	12.458.382	14.346.887	(28.288)	14.318.599
<b>Total do ativo</b>	<b>93.517.087</b>	<b>(37.100)</b>	<b>93.479.987</b>	<b>91.892.255</b>	<b>(107.936)</b>	<b>91.784.319</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido:</b>						
Circulante	74.533.409	-	74.533.409	68.402.838	(68.512)	68.334.326
Não circulante	9.516.324	-	9.516.324	10.349.737	(2.324)	10.347.413
Patrimônio líquido	9.467.354	(37.100)	9.430.255	13.139.680	(37.100)	13.102.580
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>93.517.087</b>	<b>(37.100)</b>	<b>93.479.988</b>	<b>91.892.255</b>	<b>(107.936)</b>	<b>91.784.319</b>

### Demonstração do resultado referente ao trimestre e ao semestre findos em 30 de junho de 2019

	Controladora			Consolidado		
	2T19 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	2T19 Reapresentado	2T19 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	2T19 Reapresentado
<b>Resultado:</b>						
Receita líquida	1.323.583	-	1.323.583	2.799.296	1.884	2.801.180
Lucro bruto	711.043	-	711.043	1.072.041	(6.281)	1.065.760
Lucro operacional antes do resultado financeiro	403.234	(2.702)	400.532	515.363	4.250	519.613
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	529.443	(2.702)	526.741	600.179	55.508	656.687
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>431.153</b>	<b>(2.702)</b>	<b>428.451</b>	<b>480.486</b>	<b>(2.702)</b>	<b>477.784</b>

## Notas Explicativas

Resultado:	Controladora			Consolidado		
	1S19 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	1S19 Reapresentado	1S19 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (*)	1S19 Reapresentado
Receita líquida	2.756.073	-	2.756.073	5.572.390	2.904	5.575.294
Lucro bruto	1.499.611	-	1.499.611	2.184.911	(21.395)	2.163.516
Lucro operacional antes do resultado financeiro	903.623	(6.460)	897.163	1.101.121	11.076	1.112.197
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	1.260.542	(6.460)	1.254.082	1.494.051	(4.084)	1.489.967
Lucro líquido do exercício	979.684	(6.460)	973.224	1.069.747	(6.460)	1.063.287

(\*) Efeito da mudança no procedimento de consolidação da Stelo, que passou a ser consolidado dentro do mês de competência.

### 3 Informações consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações contábeis da Sociedade, de suas controladas e dos fundos de investimento. Quando necessário, as informações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo.

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FIC) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo.

Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em relação aos FIDCs, a Sociedade consolida as suas informações contábeis por entender que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade dos FIDCs está vinculada às quotas mantidas pela Sociedade. No processo de consolidação dos FIDCs foram feitas as eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Sociedade e os FIDCs.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em 30 de junho de 2020, o Grupo está composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	30/06/2020	31/12/2019	
<b>Participação direta em controladas e fundos:</b>			
Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. ("Cateno")	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).

## Notas Explicativas

Cielo USA, Inc. (“Cielo USA”)	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”)	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”)	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (“Aliança”)	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island (“Cielo Cayman”)	-	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman foi encerrada em 23 de março de 2020.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”)	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”)	73,63	79,59	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos (“FIC”)	100,00	100,00	Fundo destinado à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
<b>Participação indireta em controladas:</b>			
M4Produtos e Serviços S.A. (“M4Produtos”)	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. (“MerchantE”)	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Stelo S.A. (“Stelo”)	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais.
<b>Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:</b>			
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. (“Orizon”)	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte (“back office”) para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. (“Paggo”)	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.
<b>Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:</b>			
PrevSaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“PrevSaúde”)	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. (“Guilher”)	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

## Notas Explicativas

### 4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Sociedade é composto pelos saldos de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, aplicações em cotas de fundos (exceto FIDCs) e certificados de depósitos bancários (“CDB”) apresentados a seguir.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades	33.576	59.863	421.448	237.604
Aplicações no mercado aberto	-	-	338.522	255.856
Instrumentos financeiros	763.009	131.537	6.143.045	2.718.932
<b>Total</b>	<b>796.585</b>	<b>191.400</b>	<b>6.903.015</b>	<b>3.212.392</b>

O detalhamento de cada grupo de caixa e equivalentes de caixa é demonstrado abaixo:

#### *Disponibilidades*

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
<b>Caixa e Bancos:</b>				
Em moeda nacional	33.140	35.236	28.005	27.470
Em moeda estrangeira	436	24.627	393.443	210.134
<b>Total</b>	<b>33.576</b>	<b>59.863</b>	<b>421.448</b>	<b>237.604</b>

#### *Aplicações no mercado aberto*

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, a Sociedade não possuía saldos de aplicações no mercado aberto.

	Consolidado		
	Acima de 180	Total em 30/06/2020	Total em 31/12/2019
<b>Aplicações no mercado aberto</b>			
Aplicações em moeda estrangeira	302.593	302.593	255.840
Compromissadas lastreadas em Debêntures	35.929	35.929	16
<b>Total</b>	<b>338.522</b>	<b>338.522</b>	<b>255.856</b>

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

#### *Instrumentos financeiros*

Composição do saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos dos instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa é demonstrado conforme abaixo:

## Notas Explicativas

	Controladora					
	30/06/2020				31/12/2019	
	Faixa de vencimento		Total		Total	
31 - 180	Acima de 365	Valor de Mercado (*)	Valor de Custo (*)	Valor de Mercado	Valor de Custo	
<b>Mantidos para Negociação</b>						
<b>Títulos privados</b>	<b>956</b>	<b>762.053</b>	<b>763.009</b>	<b>763.009</b>	<b>131.537</b>	<b>131.537</b>
Cotas de fundos de investimento	-	759.302	759.302	759.302	121.194	121.194
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	1.696	1.696	1.696	9.364	9.364
Outros	956	1.055	2.011	2.011	979	979
<b>Total</b>	<b>956</b>	<b>762.053</b>	<b>763.009</b>	<b>763.009</b>	<b>131.537</b>	<b>131.537</b>

	Consolidado					
	30/06/2020				31/12/2019	
	Faixa de vencimento		Total		Total	
31 - 180	Acima de 365	Valor de Mercado (*)	Valor de Custo (*)	Valor de Mercado	Valor de Custo	
<b>Mantidos para Negociação</b>						
<b>Títulos públicos</b>	-	<b>115.528</b>	<b>115.528</b>	<b>115.528</b>	<b>114.271</b>	<b>114.271</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	83.734	83.734	83.734	81.264	81.264
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	31.794	31.794	31.794	33.007	33.007
<b>Títulos privados</b>	<b>385.404</b>	<b>5.642.113</b>	<b>6.027.517</b>	<b>6.027.517</b>	<b>2.604.661</b>	<b>2.604.661</b>
Cotas de fundos de investimento	-	4.261.721	4.261.721	4.261.721	1.941.649	1.941.649
Certificado de Depósito Bancário - CDB	-	767.731	767.731	767.731	134.714	134.714
Letras Financeiras - LF	384.448	493.673	878.121	878.121	497.542	497.542
Outros	956	118.988	119.944	119.944	30.756	30.756
<b>Total</b>	<b>385.404</b>	<b>5.757.641</b>	<b>6.143.045</b>	<b>6.143.045</b>	<b>2.718.932</b>	<b>2.718.932</b>

(\*) O valor de mercado dos instrumentos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

## 5 Instrumentos financeiros, incluindo derivativos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
<b>Ativo:</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	237.544	48.580	237.544	48.580
Outros títulos de renda fixa no exterior	184.351	-	184.351	-
<b>Total</b>	<b>421.895</b>	<b>48.580</b>	<b>421.895</b>	<b>48.580</b>
<b>Passivo:</b>				
Instrumentos financeiros derivativos	46.670	47.513	46.670	47.513
<b>Total</b>	<b>46.670</b>	<b>47.513</b>	<b>46.670</b>	<b>47.513</b>

### a. Operações com instrumentos financeiros derivativos

#### *Política de uso de derivativos*

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos especulativos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos expostos a riscos.

## Notas Explicativas

### “Hedge” de risco de mercado

A Sociedade, na ocasião da contratação de instrumento financeiro derivativo na modalidade de “swap”, designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 239.166, equivalente a R\$ 1.000.000 na data de contratação, vencido e liquidado em 30 de agosto de 2019. Nesta mesma data, o saldo remanescente do empréstimo, no valor de US\$ 121.000, foi renovado com vencimento programado para 27 de agosto de 2020, para a qual foi contratada uma nova operação de “swap” para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Os termos contratuais do contrato de empréstimo (conforme nota explicativa 12) e do “swap” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do “swap” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de “hedge”.

Assim, em 30 de junho de 2020 a Sociedade permanece com a ponta passiva do “swap”, que possui valor nocional em reais no montante de R\$ 504.328, remunerados à 104,15% da taxa média diária do certificado de depósito interbancário (CDI).

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumento derivativo, a Sociedade utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “hedge” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem. O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 30 de junho de 2020 a posição do contrato de “swap” refletia um valor justo a receber de R\$ 172.602 (R\$ 13.480 a pagar em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

30/06/2020						31/12/2019	
Valorização						Valor justo (Mercado)	Valor justo (Mercado)
Vencimento da Operação	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	MTM Ativo	MTM Passivo	Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)
27/08/2020	504.328	205.844	(1.250)	13.428	(45.420)	172.602	(13.480)

Em 30 de junho de 2020, a relação de “hedge” estabelecida pela Sociedade foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do “hedge” foi registrada.

### “Non Deliverable Forward - NDF”

Com objetivo de proteção cambial para a parcela remanescente dos “Bonds”, em 28 de junho de 2019, a Sociedade contratou dois instrumentos “NDF” no valor de “nocional” de US\$ 53.500 cada, totalizando US\$ 107.000, com taxa média futura de R\$ 3,89475 ambos com vigência a partir de 01 de julho de 2019 liquidados em 02 de janeiro de 2020.

Para manter a proteção cambial, a Sociedade contratou um instrumento “NDF” no valor nocional de US\$ 98.000 com taxa futura de R\$ 4,0647 e vencimento em 01 de julho de 2020. O mesmo foi

## Notas Explicativas

liquidado antecipadamente no dia 15 de junho de 2020 com ajuste positivo no valor de R\$ 107.151. No mesmo dia, a Sociedade contratou novos instrumentos “NDF” no valor total nominal de US\$ 73.700 com datas de vencimento de acordo com o pagamento das parcelas semestrais de juros e principal “bullet” que vão de 13 de novembro de 2020 até 14 de novembro de 2022.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

Em 30 de junho de 2020, a posição dos instrumentos “NDF” refletiam um valor justo a receber de R\$ 18.272 (R\$ 14.547 em 31 de dezembro de 2019), conforme demonstrado abaixo:

Vencimento da Operação	30/06/2020			31/12/2019
	Valorização		Valor justo (Mercado)	Valor justo (Mercado)
	Nominal R\$	Ponta Ativa	Valor a Receber/(pagar)	Valor a Receber/(pagar)
15/06/2020	-	-	-	14.547
13/11/2020	8.329	437	437	-
14/05/2021	11.187	560	560	-
12/11/2021	11.343	540	540	-
13/05/2022	11.562	527	527	-
14/11/2022	362.400	16.208	16.208	-
Total	404.821	18.272	18.272	14.547

### b. Outros títulos de renda fixa no exterior

Em 30 de junho de 2020, a posição de outros instrumentos financeiros é:

	30/06/2020			31/12/2019	
	Vencimento acima de 365	Valor de Mercado	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Custo
Mantido até o vencimento					
Outros títulos de renda fixa no exterior	184.351	184.351	184.351	-	-
<b>Total</b>	<b>184.351</b>	<b>184.351</b>	<b>184.351</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Como parte da estrutura criada para proteção da variação cambial dos “Bonds”, a Sociedade contratou uma aplicação financeira em moeda estrangeira junto ao Banco do Brasil de Nova York no montante de US\$ 33.630 a uma taxa de remuneração de 3,15% a.a. com vencimento em 14 de novembro de 2022. Esta aplicação, em conjunto com as “NDFs” descritas no item anterior, protegem as oscilações decorrentes da variação cambial dos “Bonds”.

O resultado obtido dessa aplicação está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

## 6 Fundo de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado. De 31 de julho de 2017 até atualização do regulamento em 03 de junho de 2019, o fundo não operou novas aquisições de recebíveis. O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06,

## Notas Explicativas

pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

### **Objetivo dos fundos**

O FIDC e o FIDC Plus têm por objetivo proporcionar aos seus cotistas a valorização de suas cotas por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, assim como, aquisição de carteiras de crédito operacionalizadas por instituições financeiras parceiras no sistema de aquisição Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

### **Outras informações**

Os rendimentos das cotas sênior e mezanino do FIDC Plus são pagos mensalmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu às cotas sênior o rating de risco “AAA”.

Os direitos creditórios do FIDC Plus são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério “*pro rata temporis*”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

### **Estrutura e composição dos fundos**

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 30 de junho de 2020 está demonstrada a seguir:

	<b>Quantidade de cotas</b>	<b>Valor total das cotas</b>	<b>Participação Cielo</b>	<b>Participação de terceiros</b>
<b>FIDC Exclusivo</b>	<b>57.285</b>	<b>75.707</b>	<b>75.707</b>	-
<b>FIDC Plus</b>	<b>20.206.010</b>	<b>7.586.103</b>	<b>5.585.930</b>	<b>2.000.173</b>
Sênior	4.000.000	4.000.347	2.000.174	2.000.173
Subordinada	15.706.010	3.085.710	3.085.710	-
Mezanino	500.000	500.046	500.046	-
<b>Total</b>	<b>20.263.295</b>	<b>7.661.810</b>	<b>5.661.637</b>	<b>2.000.173</b>

Os balanços patrimoniais em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão assim demonstrados:

	<b>30/06/2020</b>			<b>31/12/2019</b>		
	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
FIDC Cielo	75.810	103	75.707	82.047	217	81.830
FIDC Plus	7.587.454	1.351	7.586.103	9.805.299	1.704	9.803.595
<b>Total</b>	<b>7.663.264</b>	<b>1.454</b>	<b>7.661.810</b>	<b>9.887.346</b>	<b>1.921</b>	<b>9.885.425</b>

As demonstrações de resultado dos fundos nos trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 são apresentadas a seguir:

## Notas Explicativas

	Trimestre/2020			Semestre/2020		
	FIDC Cielo	FIDC Plus	Total	FIDC Cielo	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	2.563	145.168	147.731	7.332	342.127	349.459
Receitas financeiras	189	14.418	14.607	435	27.490	27.925
Despesas financeiras	-	(458)	(458)	-	(11.387)	(11.387)
Outras despesas operacionais	(6.871)	(271)	(7.142)	(13.890)	(606)	(14.496)
<b>Lucro/(Prejuízo) do período</b>	<b>(4.119)</b>	<b>158.857</b>	<b>154.738</b>	<b>(6.123)</b>	<b>357.624</b>	<b>351.501</b>

	Trimestre/2019			Semestre/2019		
	FIDC Cielo	FIDC Plus	Total	FIDC Cielo	FIDC Plus	Total
Receita - Direitos creditórios	29	301.615	301.644	29	617.076	617.105
Receitas financeiras	33	2.427	2.460	51	6.407	6.458
Despesas financeiras	-	(357)	(357)	-	(675)	(675)
Outras receita/(despesas) operacionais	(137)	(224)	(361)	(157)	334	177
<b>Lucro/(Prejuízo) do período</b>	<b>(75)</b>	<b>303.461</b>	<b>303.386</b>	<b>(77)</b>	<b>623.142</b>	<b>623.065</b>

## 7 Contas a receber operacionais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Rendas a receber de transações de pagamentos	275.725	284.638	730.842	875.676
Contas a receber de emissores	53.018.903	71.864.873	53.807.614	72.192.036
Contas a receber de emissores (a)	52.921.155	71.758.516	52.921.904	71.758.516
Contestações de portadores de cartão de crédito – “chargeback” (b)	50.743	48.099	50.743	48.099
Valores a receber de transações financeiras processadas (c)	-	-	576.642	169.652
Valores a receber de intercâmbio de clientes (d)	-	-	211.320	157.511
Outros	47.006	58.258	47.006	58.258
Contas a receber com partes relacionadas (Nota 27)	148.049	196.893	-	-
Depósito judicial (Nota 14b)	1.573.415	1.586.621	1.580.424	1.594.140
Créditos tributários (Nota 8b)	862.107	907.991	1.068.216	1.132.687
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	255.165	130.527	360.150	488.487
Outras contas a receber operacionais	368.546	300.034	436.600	443.918
Provisão para créditos incobráveis (e)	(295.978)	(245.948)	(320.377)	(267.705)
<b>Total</b>	<b>56.205.932</b>	<b>75.025.629</b>	<b>57.715.516</b>	<b>76.459.239</b>
Circulante	53.721.935	72.504.103	55.016.538	73.703.487
Realizável a longo prazo	2.483.997	2.521.526	2.698.978	2.755.752
<b>Total</b>	<b>56.205.932</b>	<b>75.025.629</b>	<b>57.715.516</b>	<b>76.459.239</b>

- (a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações e cessões com bancos emissores. No 1º semestre de 2020, foram cedidos o total de R\$ 4.775.198 em recebíveis a um custo médio de 142,74% do DI. (R\$ 2.000.000 a um custo médio de 109,84% do DI em 31 de dezembro de 2019).
- (b) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pelo Grupo nas respectivas datas de balanço (“chargeback”).
- (c) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada MerchantE. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela MerchantE até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à MerchantE os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (d) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela MerchantE de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (e) Refere-se à provisão constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso realizadas com estabelecimentos comerciais, sendo estas relacionadas a produtos e serviços prestados pela Sociedade, assim como cobranças de cancelamentos e chargebacks, conforme apresentado na nota explicativa 26 – Gestão de riscos. Esta provisão é determinada por meio de metodologia que consiste na atribuição de ratings e percentuais de provisão, conforme faixa de atraso das operações.

## Notas Explicativas

### 8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

#### a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir a reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social em relação à taxa nominal de referidos tributos para os trimestres e semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019:

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre		Semestre		Trimestre		Semestre	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(60.949)	526.740	166.994	1.254.082	(38.945)	656.687	273.567	1.489.967
Alíquotas vigentes - %	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	20.723	(179.092)	(56.778)	(426.388)	13.241	(223.274)	(93.013)	(506.589)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	(8.573)	45.594	10.442	95.846	(8.573)	45.594	10.442	95.846
Benefício fiscal de P&D	-	2.764	2.711	6.493	-	2.764	2.711	6.493
Equivalência patrimonial	(27.025)	22.115	(28.809)	39.200	(525)	781	(144)	1.457
Ágio na aquisição de Investimento	-	(2.209)	-	(4.417)	-	(2.209)	-	(4.417)
Imposto de Renda e Contribuição Social de anos anteriores	-	9.908	-	9.908	-	9.908	-	9.908
Diferença de Alíquota de Imposto de Renda EUA	-	-	-	-	(14.985)	(5.704)	(24.551)	(11.351)
Efeito prejuízo fiscal Stelo	-	-	-	-	(13.553)	(10.305)	(30.420)	(17.879)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	617	2.630	(2.963)	(1.500)	4.426	3.542	5.111	(148)
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(14.258)</b>	<b>(98.290)</b>	<b>(75.397)</b>	<b>(280.858)</b>	<b>(19.969)</b>	<b>(178.903)</b>	<b>(129.864)</b>	<b>(426.680)</b>
Correntes	(31.405)	(79.929)	(29.514)	(282.464)	(38.159)	(169.881)	(91.035)	(451.799)
Diferidos	17.147	(18.361)	(45.883)	1.606	18.190	(9.022)	(38.829)	25.119

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, totalizaram R\$ 820 em 30 de junho de 2020 (no individual e consolidado) e R\$ 6.018 (R\$ 6.518 no consolidado) em 30 de junho de 2019.

#### b. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

#### Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	593.312	601.178	597.757	607.779
Provisão para despesas diversas	147.068	206.154	236.073	326.979
Prejuízo fiscal e base negativa em controlada	-	-	93.678	93.678
Provisão para perdas com equipamentos de captura, com créditos incobráveis e fraude	121.727	100.659	140.708	104.251
<b>Total</b>	<b>862.107</b>	<b>907.991</b>	<b>1.068.216</b>	<b>1.132.687</b>

## Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente	Imposto de renda	Contribuição social	Total	Valor presente
Até 12 meses	197.643	71.152	268.795	264.198	277.045	99.736	376.781	370.337
Superior a 12 meses	436.259	157.053	593.312	583.165	508.408	183.027	691.435	679.610
<b>Total</b>	<b>633.902</b>	<b>228.205</b>	<b>862.107</b>	<b>847.363</b>	<b>785.453</b>	<b>282.763</b>	<b>1.068.216</b>	<b>1.049.947</b>

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 268.795 (R\$ 376.781 no consolidado) serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela remanescente, no montante de R\$ 593.312 (R\$ 691.435 no consolidado), será realizada em um prazo superior a 12 meses e inclui os créditos sobre provisões para riscos, os quais dependem do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação às provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

### *Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no país e exterior.*

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Valor justo dos ativos intangíveis da MerchantE, adquirida em 2012	1.759	6.220
Valor justo dos ativos intangíveis da Cielo USA	48.979	58.349
Passivo diferido sobre deságio	6.188	6.188
<b>Total</b>	<b>56.926</b>	<b>70.757</b>

### c. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	35.939	66.314	117.661	440.182
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	28.001	17.190	51.286	29.008
Imposto Sobre Serviços - ISS	3.618	4.522	44.352	48.289
Programa de Integração Social - PIS	5.631	3.496	10.632	12.953
Outros tributos a recolher	26.225	12.853	42.520	23.257
<b>Total</b>	<b>99.414</b>	<b>104.375</b>	<b>266.451</b>	<b>553.689</b>

## 9 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Em controladas	8.664.635	8.724.467	-	-
Em controladas em conjunto	123.306	126.229	123.306	126.229
<b>Total</b>	<b>8.787.941</b>	<b>8.850.696</b>	<b>123.306</b>	<b>126.229</b>

Na consolidação das demonstrações financeiras, para as controladas diretas Multidisplay, Braspag e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos e MerchantE, foram utilizadas as informações contábeis de 31 de maio de 2020 para efeito de cálculo dos investimentos em 30 de junho de 2020. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de seis meses findo em 31 de maio de 2020.

As principais informações sobre as controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

## Notas Explicativas

	30/06/2020					30/06/2020					
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Equivalência patrimonial do semestre	Investimento
<b>Controladas:</b>											
Servinet	99,99	98.005	69.823	28.182	139.506	136.943	8.252	6.276	3.471	6.276	28.179
Multidisplay (i)	91,44	166.904	96.927	69.977	678.241	37.454	18.113	12.735	4.311	11.647	65.406
Braspag	99,99	93.442	51.085	42.357	33.334	19.389	12.709	9.356	4.066	9.356	42.357
Cielo USA (ii)	100,00	936.260	2.263.325	(1.327.065)	-	(71.880)	(129.884)	(141.313)	(87.083)	(141.313)	-
Cateno (iv)	70,00	12.592.114	431.419	12.160.695	1.147.190	347.851	224.821	170.052	37.072	119.036	8.512.487
Aliança	99,99	163.382	147.176	16.206	3.819	3.955	(89.256)	(89.311)	(39.778)	(89.311)	16.206
<b>Subtotal</b>									<b>(77.941)</b>	<b>(84.309)</b>	<b>8.664.635</b>
<b>Controladas em conjunto:</b>											
Orizon (iii)	40,95	340.536	24.963	315.573	62.214	13.787	(4.755)	(1.001)	(1.537)	(410)	123.306
Paggo (ii)	50,00	215	339	(124)	-	-	(28)	(28)	(7)	(14)	-
<b>Subtotal</b>									<b>(1.544)</b>	<b>(424)</b>	<b>123.306</b>
<b>Total Controladora</b>									<b>(79.485)</b>	<b>(84.733)</b>	<b>8.787.941</b>
<b>Total Consolidado</b>									<b>(1.544)</b>	<b>(424)</b>	<b>123.306</b>
<b>Controladas indiretas:</b>											
M4Produtos	91,44	157.711	129.680	28.031	61.702	32.173	6.434	4.650			
MerchantE	100,00	1.637.172	1.151.464	485.708	1.125.748	219.734	(79.518)	(57.987)			
Stelo	100,00	249.631	91.574	158.057	84.456	(55.628)	(82.782)	(89.469)			
<b>Controladas em conjunto indiretas:</b>											
PrevSaúde	40,95	17.626	1.338	16.288	3.825	2.446	1.951	1.662			
Guilher	40,95	8.574	6.022	2.552	2.613	840	489	455			

(i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua entidade controlada Multidisplay.

(ii) Em 30/06/2020 as empresas Cielo USA e Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para "Provisão para obrigação com investidas".

(iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua entidade controlada Orizon.

(iv) O saldo ativo da Cateno é composto, substancialmente, pelo direito de exploração do arranjo de pagamentos Outocard.

## Notas Explicativas

	31/12/2019		30/06/2019				31/12/2019				
	% de Participação	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Equivalência patrimonial do semestre	Investimento
<b>Controladas:</b>											
Servinet	99,99	105.950	84.045	21.905	131.896	130.062	7.762	5.351	2.647	5.351	21.905
Multidisplay (i)	91,44	154.665	90.867	63.798	464.281	24.514	15.291	13.590	8.146	12.421	59.745
Braspag	99,99	62.383	29.383	33.000	22.337	11.952	6.180	4.160	2.203	4.160	33.000
Cielo USA (ii)	100,00	825.540	1.687.306	(861.766)	-	(52.339)	(55.848)	(66.115)	(33.352)	(66.115)	-
Cateno (iv)	70,00	12.989.690	762.119	12.227.571	1.307.830	486.977	392.840	296.331	113.334	207.432	8.559.300
Aliança	99,99	252.626	202.109	50.517	2.513	2.546	(52.442)	(52.243)	(30.230)	(52.238)	50.517
<b>Subtotal</b>									<b>62.748</b>	<b>111.011</b>	<b>8.724.467</b>
<b>Controladas em conjunto:</b>											
Orizon (iii)	40,95	355.641	33.031	322.610	72.396	24.366	7.249	10.496	2.304	4.298	126.229
Paggo (ii)	50,00	243	340	(97)	-	-	(28)	(28)	(7)	(14)	-
<b>Subtotal</b>									<b>2.297</b>	<b>4.284</b>	<b>126.229</b>
<b>Total Controladora</b>									<b>65.045</b>	<b>115.295</b>	<b>8.850.696</b>
<b>Total Consolidado</b>									<b>2.297</b>	<b>4.284</b>	<b>126.229</b>
<b>Controladas indiretas:</b>											
M4Produtos	91,44	208.749	181.632	27.117	65.296	36.588	16.641	12.047			
MerchantE	100,00	847.726	399.638	448.088	912.141	188.179	(7.764)	(3.508)			
Sielo	100,00	524.052	276.527	247.526	82.841	(7.730)	(39.040)	(52.586)			
<b>Controladas em conjunto indiretas:</b>											
PrevSaúde	40,95	16.191	1.565	14.626	3.999	2.710	2.217	1.853			
Guilher	40,95	11.292	9.195	2.097	3.162	243	(193)	186			

- (i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay.
- (ii) Em 30/06/2019 as empresas Cielo USA e Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para "Provisão para obrigação com investidas".
- (iii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.
- (iv) O saldo ativo da Cateno é composto, substancialmente, pelo direito de exploração do arranjo de pagamentos Outocard.

## Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>8.960.900</b>	<b>119.055</b>
Constituição de provisão para obrigações com investidas (a)	66.130	14
Dividendos recebidos:		
Braspag	(20.673)	-
Multidisplay	(26.056)	-
Orizon	(2.060)	(2.060)
Servinet	(7.000)	-
Cateno	(220.565)	-
Resultado com equivalência patrimonial	115.295	4.284
Amortização de ágio	(12.992)	-
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>8.852.979</b>	<b>121.293</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>8.850.696</b>	<b>126.229</b>
Provisão para obrigações com investidas (a)	141.326	(375)
Dividendos provisionados:		
Multidisplay	(6.375)	-
Dividendos recebidos:		
Orizon	(2.124)	(2.124)
Cateno	(165.849)	-
Integralização de capital em controladas – AFAC (b)	55.000	-
Resultado com equivalência patrimonial	(84.733)	(424)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>8.787.941</b>	<b>123.306</b>

(a) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de “Provisão para obrigação com investidas”.

(b) Aumento de capital com a utilização de adiantamentos realizados ao decorrer de 2019.

## 10 Imobilizado

		Controladora			
		30/06/2020		31/12/2019	
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.853.982	(1.154.645)	699.337	729.572
Equipamentos de processamento de dados	20	218.146	(131.307)	86.839	60.315
Máquinas e equipamentos	10 - 20	28.410	(24.958)	3.452	4.599
Instalações	10	49.183	(23.068)	26.115	28.285
Móveis e utensílios	10	11.272	(5.812)	5.460	5.903
Veículos	20	1.664	(235)	1.429	1.478
<b>Total</b>		<b>2.162.657</b>	<b>(1.340.025)</b>	<b>822.632</b>	<b>830.152</b>
		Consolidado			
		30/06/2020		31/12/2019	
Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20	1.854.606	(1.154.982)	699.624	729.946
Equipamentos de processamento de dados	20	284.186	(185.308)	98.878	68.988
Máquinas e equipamentos	10 - 20	47.128	(34.994)	12.134	16.001
Instalações	10	99.197	(46.686)	52.511	54.402
Móveis e utensílios	10	19.528	(9.792)	9.736	10.569
Veículos	20	1.664	(235)	1.429	1.478
<b>Total</b>		<b>2.306.309</b>	<b>(1.431.997)</b>	<b>874.312</b>	<b>881.384</b>

A movimentação do imobilizado nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 é como segue:

## Notas Explicativas

	Controladora				
	31/12/2019	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	30/06/2020
Equipamentos de captura de transações	729.572	90.004	(15.796)	(104.443)	699.337
Equipamentos de processamento de dados	60.315	37.006	-	(10.482)	86.839
Máquinas e equipamentos	4.599	-	-	(1.147)	3.452
Instalações	28.285	284	-	(2.454)	26.115
Móveis e utensílios	5.903	119	-	(562)	5.460
Veículos	1.478	116	-	(165)	1.429
<b>Total</b>	<b>830.152</b>	<b>127.529</b>	<b>(15.796)</b>	<b>(119.253)</b>	<b>822.632</b>

	Controladora				
	31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	30/06/2019
<b>Total</b>	<b>523.853</b>	<b>409.995</b>	<b>(30.225)</b>	<b>(87.123)</b>	<b>816.500</b>

	Consolidado					
	31/12/2019	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	30/06/2020
Equipamentos de captura de transações	729.946	90.074	(15.936)	(104.529)	69	699.624
Equipamentos de processamento de dados	68.988	41.650	(248)	(13.538)	2.026	98.878
Máquinas e equipamentos	16.001	1.741	(6.224)	(3.079)	3.695	12.134
Instalações	54.402	2.950	-	(4.841)	-	52.511
Móveis e utensílios	10.569	323	(285)	(910)	39	9.736
Veículos	1.478	116	-	(165)	-	1.429
<b>Total</b>	<b>881.384</b>	<b>136.854</b>	<b>(22.693)</b>	<b>(127.062)</b>	<b>5.829</b>	<b>874.312</b>

	Consolidado					
	31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	30/06/2019
<b>Total</b>	<b>580.794</b>	<b>436.832</b>	<b>(39.569)</b>	<b>(95.647)</b>	<b>(230)</b>	<b>882.180</b>

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 32.509 e R\$ 32.380, respectivamente.

## 11 Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	5.044	5.974
Outros ativos intangíveis	581.317	562.734	10.749.514	10.949.664
<b>Total</b>	<b>581.317</b>	<b>562.734</b>	<b>10.754.558</b>	<b>10.955.638</b>

### a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019
Multidisplay	5.044	5.974
<b>Total</b>	<b>5.044</b>	<b>5.974</b>

## Notas Explicativas

- (a) **Aquisição de controle – Multidisplay:** Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay pelo valor de R\$ 50.650, gerando ágio inicial de R\$ 31.348. No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, sendo que o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$ 20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. O benefício fiscal é amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.

A movimentação do saldo de ágios nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019 é como segue:

	<b>Consolidado</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>28.579</b>
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(4.419)
Amortização do ágio do período	(12.992)
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>11.168</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>5.974</b>
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(930)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>5.044</b>

### b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	<b>Controladora</b>			
		<b>30/06/2020</b>			<b>31/12/2019</b>
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	20	1.101.769	(569.357)	532.412	499.370
Relacionamento com clientes	20	104.461	(55.556)	48.905	63.364
<b>Total</b>		<b>1.206.230</b>	<b>(624.913)</b>	<b>581.317</b>	<b>562.734</b>

	Taxa anual de amortização - %	<b>Consolidado</b>			
		<b>30/06/2020</b>			<b>31/12/2019</b>
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Exploração – Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.572.000	(2.057.244)	9.514.756	9.707.622
Software (b)	6,66 - 20	1.925.090	(1.102.645)	822.445	726.434
Relacionamento com clientes (c)	4 - 20	1.280.721	(947.239)	333.482	410.702
Desenvolvimento de projetos (d)	20	250.636	(178.204)	72.432	88.496
Acordo de não competição (e)	7,5 - 50	235.053	(230.085)	4.968	10.188
Contratos de serviços (f)	8 - 20	33.256	(31.899)	1.357	6.148
Marcas (g)	10	74	-	74	74
<b>Total</b>		<b>15.296.830</b>	<b>(4.547.316)</b>	<b>10.749.514</b>	<b>10.949.664</b>

- (a) **Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Sociedade e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Catenos os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento. Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do “Fluxo de Caixa Descontado”, os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572.000 com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.

- (b) **Software** - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da MerchantE, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias “Relief-from-Royalty” (a um “royalty fee” de 16%) e “Cost Approach - Third-party Cost Estimates”. A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.

## Notas Explicativas

- (c) **Relacionamento com clientes:**
- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “*Income Approach*” considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “*churn rate*”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
  - **MerchantE** - A carteira de clientes da MerchantE foi classificada em três principais grupos: “*e-commerce*”, “*bank customer*” e “*B2B/Outros*”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “*Excess Earnings*”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “*e-commerce*” e “*bank customer*” e 11% para “*B2B/Outros*”. A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.
  - **Subsídio na Venda de Solução de Captura** – Corresponde ao subsídio pago pela Sociedade e sua controlada (Stelo) na venda de terminais de captura para estabelecimentos comerciais e representa a expectativa de rentabilidade futura com os clientes, a partir da aquisição do equipamento, sendo apropriado pelo prazo médio de vida útil estimado em 15 meses.
- (d) **Desenvolvimento de projetos** - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar a receita da Sociedade e de suas controladas.
- (e) **Acordo de não competição:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - O valor do acordo de não competição (“*with and without*”) foi calculado pela metodologia “*Income Approach*”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
  - **MerchantE** - Com relação ao acordo de não competição, a MerchantE firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“*CB&T*”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “*With and Without*”, e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.
- (f) **Contratos de serviços:**
- **Multidisplay e M4Produtos** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
  - **MerchantE** - Com relação a contratos de serviços, a MerchantE, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “*Excess Earnings*”, e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.
- (g) **Marcas (Cateno e Braspag)** - avaliada pela metodologia “*Relief-from-Royalty*”, tendo como premissa a taxa de “*royalty*” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “*Royalty Source Intellectual Property Database*”, e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora					30/06/2020	
	31/12/2019	Adições	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	30/06/2019		
Software	499.370	105.109	-	(72.067)	532.412		
Relacionamento com clientes	63.364	25.512	-	(39.971)	48.905		
<b>Total</b>	<b>562.734</b>	<b>130.621</b>	<b>-</b>	<b>(112.038)</b>	<b>581.317</b>		
	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>(Baixas) / Reversões</b>	<b>Amortizações</b>	<b>30/06/2019</b>		
<b>Total</b>	<b>420.389</b>	<b>83.900</b>	<b>-</b>	<b>(56.089)</b>	<b>448.200</b>		
	Consolidado						
	31/12/2019	Adições	Transferências	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Varição cambial	30/06/2020
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	9.707.622	-	-	-	(192.866)	-	9.514.756
Software	726.434	121.784	19.114	(8.293)	(110.899)	74.305	822.445
Relacionamento com clientes	410.702	34.892	-	-	(178.739)	66.627	333.482
Desenvolvimento de projetos	88.496	11.230	(19.114)	(1.991)	(10.839)	4.650	72.432
Acordo de não competição	10.188	-	-	-	(10.462)	5.242	4.968
Contratos de serviços	6.148	-	-	-	(1.139)	(3.652)	1.357
Marcas	74	-	-	-	-	-	74
<b>Total</b>	<b>10.949.664</b>	<b>167.906</b>	<b>-</b>	<b>(10.284)</b>	<b>(504.944)</b>	<b>147.172</b>	<b>10.749.514</b>

## Notas Explicativas

	31/12/2018	Adições	Transferências	(Baixas)/ Reversões	Amortizações	Varição cambial	30/06/2019
<b>Total</b>	<b>11.218.695</b>	<b>171.688</b>	-	<b>(103.424)</b>	<b>(359.675)</b>	<b>(8.388)</b>	<b>10.918.896</b>

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

## 12 Obrigações por empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Debêntures privadas (a)	3.377.401	3.402.483	3.377.401	3.402.483
Debêntures públicas (b)	2.981.907	2.978.983	2.881.837	2.878.841
Capital de giro (c)	1.001.800	350.064	1.001.800	350.064
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (d)	531.183	389.450	2.745.527	2.018.414
Empréstimo em moeda estrangeira - Operação 4131 (e)	660.172	483.420	660.172	483.420
Financiamento de P&D	101.212	112.413	101.212	112.413
<b>Total</b>	<b>8.653.675</b>	<b>7.716.813</b>	<b>10.767.949</b>	<b>9.245.635</b>
Circulante	1.721.742	917.685	1.722.578	918.337
Não circulante	6.931.933	6.799.128	9.045.371	8.327.298
<b>Total</b>	<b>8.653.675</b>	<b>7.716.813</b>	<b>10.767.949</b>	<b>9.245.635</b>

### (a) Debêntures Privadas

Em 27 de fevereiro de 2015, a Sociedade realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do Certificado de Depósito Interbancário (“DI”), conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

Remuneração		
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o “Comitê de Transição” ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

### (b) Debêntures Públicas

Em junho de 2019, a Sociedade realizou a 5ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da ICVM 476. A emissão foi realizada no montante de R\$ 3.000.000, com data de vencimento em 18 de junho de 2022. O montante foi integralmente destinado ao reperfilamento de dívidas da companhia. A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 103,8% da taxa média diária de juros dos DI. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão das debêntures (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

As debêntures públicas possuem “covenants” que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados trimestralmente.

### (c) Capital de giro

A partir de março de 2019, a Sociedade iniciou a captação de recursos para capital de giro por meio de CCB (Cédula de Crédito Bancário) e outras linhas de crédito de curto prazo com taxas que atualmente são de CDI+1,11% a.a. DI com prazo médio de 90 dias corridos. No semestre findo em 30.06.2020, o saldo em aberto foi de R\$ 1,0 bilhão.

### (d) Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”

Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “bonds” no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da MerchantE. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal será pago em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses “bonds” (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de “bonds”.

## Notas Explicativas

Em junho de 2019, ocorreu a recompra parcial dos “Bonds” da parcela emitida pela Sociedade, no valor de US\$ 372,9 milhões, sendo o saldo devedor remanescente de US\$ 97,1 milhões na Controladora e US\$ 405 milhões na Cielo USA.

(e) **Operação 4.131**

A Sociedade possui uma linha de crédito junto MUFUG Bank, LTD para captação em dólar ao equivalente a R\$ 500.000. O contrato possui validade de um ano podendo ser renovado em agosto de cada exercício. Em conjunto com o referido empréstimo, a Sociedade contrata um *Swap* para proteção de oscilações relacionadas à variação cambial, sendo a ponta passiva equivalente à taxa média diária de juros dos DI.

Em 30 de agosto de 2019, foi renovada a operação junto ao MUFUG Bank, LTD no valor de US\$ 121 milhões, equivalente a R\$ 504.328 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 2,135% ao ano para o período de 30/08/2019 à 27/02/2020 e 2,235% ao ano para período de 28/02/2020 até vencimento do contrato em 27/08/2020. Adicionalmente, a Sociedade contratou Swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva, considerados todos os custos da operação, equivalentes a 104,15% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados possuem datas de liquidação em 27/11/2019, 27/02/2020, 27/05/2020 e 27/08/2020, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo.

Os empréstimos obtidos junto ao MUFUG Bank, LTD possuem “*covenants*” que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/*EBITDA* Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados anualmente.

A Sociedade e suas controladas cumpriram os índices financeiros relacionados às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 é como segue:

	Controladora	Consolidado
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>6.298.568</b>	<b>7.862.977</b>
Novas captações	6.423.013	6.322.911
Pagamento de principal	(3.524.215)	(3.524.215)
Variação cambial (principal e juros)	(33.148)	(49.488)
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	(6.789)	(6.789)
Juros provisionados e encargos apropriados	199.387	231.569
Juros pagos	(205.811)	(237.993)
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>	<b>9.151.005</b>	<b>10.598.972</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>7.716.813</b>	<b>9.245.635</b>
Novas captações	4.466.996	4.466.996
Pagamento de principal	(3.828.274)	(3.828.274)
Variação cambial (principal e juros)	317.624	902.960
Ajuste de marcação a mercado (MTM)	1.456	1.456
Juros provisionados e encargos apropriados	159.619	159.735
Juros pagos	(186.411)	(186.411)
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(14.473)	(14.473)
Amortização de custos de emissão de dívidas	20.325	20.325
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>8.653.675</b>	<b>10.767.949</b>

### Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 30 de junho de 2020, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

## Notas Explicativas

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2021	11.278	11.278
2022	3.554.552	5.671.945
2023	3.359.681	3.359.681
2024	22.556	22.556
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>6.948.067</b>	<b>9.065.460</b>
Custos incorridos sobre emissão de dívidas	(16.134)	(20.089)
<b>Total</b>	<b>6.931.933</b>	<b>9.045.371</b>

### 13 Outras obrigações - Diversas - Contas a pagar a clientes

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Contas a pagar a clientes (a)	46.568.313	62.805.144	46.649.231	62.951.667
Valores a liquidar a clientes (b)	-	-	851.002	305.368
Cauções de clientes (c)	-	-	172.355	83.945
<b>Total</b>	<b>46.568.313</b>	<b>62.805.144</b>	<b>47.672.588</b>	<b>63.340.980</b>

- (a) Correspondem aos valores de transações de venda de produtos e serviços realizadas com cartões de crédito e de débito a pagar aos estabelecimentos comerciais, clientes da Sociedade, líquidos da remuneração dos serviços prestados pela Cielo e bancos emissores;
- (b) Representados por valores devidos pela controlada MerchantE a seus estabelecimentos comerciais, referentes às transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações;
- (c) A controlada MerchantE requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

### 14 Provisões, ativos e passivos contingentes

#### a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, como segue:

## Notas Explicativas

	Controladora					
	31/12/2019	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/06/2020
Tributárias	1.691.220	15.347	(23.583)	3.843	-	1.686.827
Cíveis	48.808	19.046	(15.545)	4.300	(16.618)	39.991
Trabalhistas	66.846	4.986	(6.382)	4.650	(12.665)	57.434
<b>Total</b>	<b>1.806.874</b>	<b>39.379</b>	<b>(45.510)</b>	<b>12.793</b>	<b>(29.283)</b>	<b>1.784.252</b>
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/06/2019
<b>Total</b>	<b>1.755.232</b>	<b>77.096</b>	<b>(21.088)</b>	<b>5.623</b>	<b>(7.190)</b>	<b>1.809.673</b>
	Consolidado					
	31/12/2019	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/06/2020
Tributárias	1.701.471	15.380	(26.061)	3.900	-	1.694.690
Cíveis	50.160	20.481	(16.849)	4.340	(17.010)	41.122
Trabalhistas	79.116	6.011	(11.967)	5.286	(12.676)	65.770
<b>Total</b>	<b>1.830.747</b>	<b>41.872</b>	<b>(54.877)</b>	<b>13.526</b>	<b>(29.686)</b>	<b>1.801.582</b>
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	30/06/2019
<b>Total</b>	<b>1.781.577</b>	<b>79.644</b>	<b>(24.682)</b>	<b>5.626</b>	<b>(7.909)</b>	<b>1.834.256</b>

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade.
- (c) Durante o semestre findo em 30 de junho de 2020, a Sociedade e suas controladas por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivou a liquidação de 2.138 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 29.283 na controladora e R\$ 29.686 no consolidado.

**Processos tributários**

Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e os respectivos depósitos judiciais:

Provisão para Riscos Tributários – Principais processos	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
ISS (LC 157/16) (b)	21.244	20.732	24.270	26.073
PIS/COFINS sobre PIS/COFINS (c)	-	21.329	-	21.329
Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM (d)	18.478	18.408	18.478	18.408
ISS sobre PIS/COFINS (e)	16.051	13.702	16.051	13.702
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (f)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (g)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	95.972	81.967	100.809	86.877
<b>Total</b>	<b>1.686.827</b>	<b>1.691.220</b>	<b>1.694.690</b>	<b>1.701.471</b>
Depósitos judiciais - Principais processos tributários	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	19.076	19.069	24.447	22.806
<b>Total</b>	<b>1.554.158</b>	<b>1.554.151</b>	<b>1.559.529</b>	<b>1.557.888</b>

## Notas Explicativas

- (a) **Cofins - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da Cofins nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos contribuintes –, a Sociedade decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos e se beneficiar da dedutibilidade a que alude o Decreto nº 3.000/99 e a Instrução Normativa nº 1.700/17. O mandado de segurança, entretanto, permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 30 de junho de 2020, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142.
- (b) **ISS (LC 157/16)** - Com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (“ISS”) passou a ser devido, a partir de janeiro de 2018, no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, no entanto, a eficácia do 1º artigo da LC nº 157/16 foi suspensa em decorrência de liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal (“STF”). Diante da insegurança jurídica ocasionada pela Lei Complementar em questão no período de vigência, a Sociedade constituiu provisão para riscos em relação ao suposto valor devido aos demais municípios da Federação. Em 30 de junho de 2020, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 21.244 na controladora e R\$ 24.270 no consolidado.
- (c) **PIS/COFINS sobre PIS/COFINS** - A Sociedade, em outubro de 2018, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar objetivando a suspensão da exigibilidade do crédito decorrente da inclusão da contribuição ao PIS e à COFINS em suas respectivas bases de cálculo. A medida liminar foi deferida em novembro de 2018, momento a partir do qual a Sociedade passou a constituir provisão do valor correspondente, considerando a suspensão da exigibilidade das contribuições. Em fevereiro de 2020, decorrente de sentença de 1º grau revogando a liminar, a Sociedade procedeu ao recolhimento da parcela dos tributos objeto da lide e, consequentemente, reverteu a provisão constituída até então.
- (d) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 30 de junho de 2020, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 18.478.
- (e) **ISS sobre PIS/COFINS** - A Sociedade, em abril de 2017, impetrou mandado de segurança com pedido de liminar objetivando a exclusão do valor correspondente ao ISS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A medida liminar foi deferida em junho de 2017, restando declarada a suspensão da exigibilidade das contribuições e, desde então, a Sociedade vem constituindo provisão do valor correspondente, enquanto aguarda ulterior decisão em definitivo. Em 30 de junho de 2020, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 16.051.
- (f) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 30 de junho de 2020, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 10.895.
- (g) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a Sociedade compensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 30 de junho de 2020, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 7.045.

Adicionalmente, em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir o recolhimento de PIS e COFINS à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis (“ARV”), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, no montante atualizado de R\$ 710.225 (R\$ 693.637 em 31 de dezembro de 2019). Com base na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota.

A Administração da Sociedade e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade e suas controladas.

### Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 30 de junho de 2020, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 39.991 na controladora e R\$

## Notas Explicativas

41.122 no consolidado (R\$ 48.808 na controladora e R\$ 50.160 no consolidado em 31 de dezembro de 2019), e o saldo de depósito judicial em 30 de junho de 2020 é de R\$ 1.712 na controladora e R\$ 1.752 no consolidado (R\$ 4.104 na controladora e R\$ 4.164 em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Sociedade e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade e suas controladas.

Adicionalmente, em 30 de junho de 2020, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

### ***Processos trabalhistas***

Referem-se às demandas trabalhistas que, em 30 de junho de 2020, incluíam 640 ações trabalhistas contra a Sociedade e 88 contra as controladas, totalizando 728 ações (709 ações trabalhistas contra a Sociedade e 76 contra as controladas, totalizando 785 ações em 31 de dezembro de 2019). Dentre essas ações em 30 de junho de 2020, 256 foram movidas por ex-empregados (246 em 31 de dezembro de 2019) e as 472 restantes (539 em 31 de dezembro de 2019) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

A probabilidade de perda das ações trabalhistas é avaliada a depender do teor do pedido, das provas apresentadas e do histórico de perda em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

Em 30 de junho de 2020, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 57.435 na controladora e R\$ 65.770 no consolidado (R\$ 66.846 na controladora e R\$ 79.116 no consolidado em 31 de dezembro de 2019), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 17.545 na controladora e R\$ 19.143 no consolidado (R\$ 28.366 na controladora e R\$ 32.088 no consolidado em 31 de dezembro de 2019).

A Administração da Sociedade e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 66,73% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 33,27% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade e suas controladas.

### ***Perda Possível***

Adicionalmente, em 30 de junho de 2020, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

## Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Tributárias	307.212	140.052	307.777	192.463
Cíveis	235.369	221.007	243.026	228.879
Trabalhistas	54.946	55.293	74.662	69.545
<b>Total</b>	<b>597.527</b>	<b>416.352</b>	<b>625.465</b>	<b>490.887</b>

### b. Depósitos judiciais

Nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2019	Adições	Baixas	30/06/2020
Tributários	1.554.151	7	-	1.554.157
Trabalhistas	28.366	4.627	(15.448)	17.546
Cíveis	4.104	577	(2.969)	1.712
<b>Total</b>	<b>1.586.621</b>	<b>5.211</b>	<b>(18.417)</b>	<b>1.573.415</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Total</b>	<b>1.624.223</b>	<b>3.214</b>	<b>(854)</b>	<b>1.626.583</b>

	Consolidado			
	31/12/2019	Adições	Baixas	30/06/2020
Tributários	1.557.888	1.945	(304)	1.559.529
Trabalhistas	32.088	7.106	(20.051)	19.142
Cíveis	4.164	577	(2.989)	1.752
<b>Total</b>	<b>1.594.140</b>	<b>9.628</b>	<b>(23.344)</b>	<b>1.580.423</b>
	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>30/06/2019</b>
<b>Total</b>	<b>1.637.377</b>	<b>6.324</b>	<b>(854)</b>	<b>1.642.847</b>

## 15 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social em 30 de junho de 2020 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2019) representado por 2.716.815.061 (2.716.815.061 ações em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 30 de junho de 2020 é de 2.709.220.265 (2.712.719.487 ações em 31 de dezembro de 2019).

O capital social da Sociedade pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

### b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

## Notas Explicativas

O saldo da reserva de capital em 30 de junho de 2020 é de R\$ 65.025 (R\$ 65.658 em 31 de dezembro de 2019).

### c. Ações em tesouraria

Em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações (“Programa”) com vigência de 02 de março a 10 de março de 2020, mediante o qual a Sociedade adquiriu o total de 4.006.776 (quatro milhões, seis mil e setecentas e setenta e seis) ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, conforme detalhado no Comunicado sobre Negociação de Ações de Própria Emissão, preparado na forma do Anexo 30-XXXVI da Instrução CVM nº 480 divulgado nesta data.

Em reunião realizada em 24 de junho de 2020, o Conselho aprovou a abertura de novo programa de recompra de ações em complemento ao programa de recompra aprovado em 19 de fevereiro de 2020 (“Programa”) por meio do qual foi autorizada a recompra de até 2.595.332 (dois milhões e quinhentas e noventa e cinco mil e trezentas e trinta e duas) ações ordinárias com prazo de vigência de 25 de junho de 2020 a 03 de julho de 2020.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	<b>Ações</b>	<b>Valor</b>	<b>Custo médio R\$ por ação</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	(4.095.574)	(56.198)	13,72
Venda em fevereiro	350.334	4.808	13,72
Venda em março	154.422	2.118	13,72
Recompra em março	(4.006.776)	(27.560)	6,88
Venda em abril	2.798	28	10,11
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>	<b>(7.594.796)</b>	<b>(76.804)</b>	<b>10,11</b>

### d. Outros resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e benefícios pós emprego, sendo estes reclassificados para o resultado quando da efetiva realização dos saldos. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	<b>Controladora e Consolidado</b>	
	<b>30/06/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
Varição cambial sobre investimento no exterior	(294.487)	29.499
Benefício pós emprego	(25.429)	(25.429)
Efeito fiscal – Benefício pós emprego	8.646	8.646
<b>Total</b>	<b>(311.270)</b>	<b>12.716</b>

### e. Reserva de lucros - Legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 30 de junho de 2020 é de R\$ 1.133.333 (R\$ 1.128.753 em 31 de dezembro de 2019).

## Notas Explicativas

### f. Reserva de lucros - Orçamento de capital

Em reunião realizada em 27 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração aprovou as Demonstrações Financeiras referentes ao semestre e exercício social findos em 31 de dezembro de 2019, conforme recomendação do Comitê de Auditoria e a proposta de orçamento de capital para o ano de 2020. Em seguida, as referidas Demonstrações Financeiras e a proposta de orçamento de capital foram apreciadas pelo Conselho Fiscal, o qual opinou favoravelmente por sua aprovação pela Assembleia Geral dos Acionistas.

A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de fortalecimento do capital de giro proporcionado pela manutenção de recursos e garantirá maior robustez e estabilidade financeira, com vistas (a) ao investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios da Companhia, viabilizando assim o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas (“ARV”) e o crescimento do produto “Pagamento em 2 dias”; e (b) à recompra de ações de emissão da Sociedade, nos termos e até o limite permitido pela Instrução CVM nº 567. A reserva de orçamento de capital complementada pelo lucro líquido do exercício do ano de 2019, já deduzidos os montantes destinados à constituição da reserva legal e à distribuição de proventos, totaliza o saldo de R\$ 2.579.326 em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019.

Importante destacar que, em reunião realizada em 06 de abril de 2020, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Sociedade convocadas para o dia 17 de abril de 2020 e da sua respectiva convocação, considerando o cenário atual e a evolução da COVID-19, doença causada pelo novo Coronavírus, as recomendações emitidas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelas autoridades locais e, ainda, o disposto na Medida Provisória nº 931/20. Em reunião realizada em 24 de junho de 2020, o Conselho de Administração aprovou a realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária em 24 de julho de 2020.

### g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da assembleia geral ordinária. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Em reuniões realizadas em 20 de dezembro de 2019 e 27 de janeiro de 2020, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou, ad referendum da Assembleia Geral Ordinária, a distribuição de juros sobre o capital próprio referentes ao 4º trimestre de 2019, no montante de R\$ 81.276, que foram pagos em 13 de fevereiro de 2020. Os proventos deliberados, líquidos da retenção de impostos, representam 30% do lucro líquido, após a constituição de reserva legal, do 4º trimestre de 2019.

## Notas Explicativas

Em reunião realizada em 28 de abril de 2020, o Conselho de Administração da Sociedade aprovou a alteração da periodicidade no pagamento de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio do exercício de 2020, de trimestral para anual, e, por consequência, suspender, até 31 de dezembro de 2020, a aplicação do item 3.1 da Política de Proventos da Companhia, que rege sobre a distribuição trimestral de proventos. Esta mudança se justifica por estar em linha com a estratégia de preservação e gestão de caixa adotada pela Companhia desde o início do surto de COVID-19. Conforme prática adotada pela Sociedade, em 30 de junho de 2020, foram destacados proventos de R\$ 30.712 a título de juros sobre o capital próprio (líquido da retenção do imposto de renda corresponde a 30% do lucro líquido após a constituição da reserva legal), imputado ao dividendo mínimo obrigatório, cuja deliberação ocorrerá no encerramento desse exercício social.

### h. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 30 de junho de 2020, a Sociedade mantém o capital mínimo regulatório exigido.

## 16 Lucro líquido por ação

### a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2019	2.712.719.487
Exercício de opção de compra de ações:	
Fevereiro	350.334
Março	154.422
Abril	2.798
Recompra de ações – Março	(4.006.776)
<b>Total</b>	<b><u>2.709.220.265</u></b>

### b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

#### *Lucro por ação básico*

	Controladora e Consolidado			
	Trimestre		Semestre	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	(75.207)	428.450	91.597	973.224
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.709.220	2.713.555	2.709.220	2.713.555
<b>Lucro por ação (em R\$) - Básico</b>	<b><u>(0,02776)</u></b>	<b><u>0,15789</u></b>	<b><u>0,03381</u></b>	<b><u>0,35865</u></b>

## Notas Explicativas

### Lucro por ação diluído

	Controladora e Consolidado			
	Trimestre		Semestre	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	(75.207)	428.450	91.597	973.224
<b>Denominador diluído:</b>				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.709.220	2.713.555	2.709.220	2.713.555
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	5.903	2.689	5.903	2.689
Total (em milhares)	2.715.123	2.716.244	2.715.123	2.716.244
<b>Lucro por ação (em R\$) - diluído</b>	<b>(0,02770)</b>	<b>0,15774</b>	<b>0,03374</b>	<b>0,35830</b>

## 17 Receita operacional líquida

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre		Semestre		Trimestre		Semestre	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Receita operacional bruta	1.088.199	1.470.379	2.438.934	3.067.664	2.675.444	3.080.880	5.787.671	6.143.355
Impostos sobre serviços	(110.481)	(146.796)	(250.230)	(311.591)	(225.368)	(279.700)	(506.715)	(568.061)
<b>Total</b>	<b>977.718</b>	<b>1.323.583</b>	<b>2.188.704</b>	<b>2.756.073</b>	<b>2.450.076</b>	<b>2.801.180</b>	<b>5.280.956</b>	<b>5.575.294</b>

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

## 18 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidada por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

## Notas Explicativas

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre		Semestre		Trimestre		Semestre	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Despesas com pessoal	(117.838)	(118.150)	(257.513)	(248.918)	(248.242)	(242.953)	(517.387)	(495.912)
Depreciações e amortizações	(119.397)	(82.216)	(231.291)	(156.204)	(314.868)	(258.424)	(632.006)	(494.143)
Serviços profissionais	(112.647)	(121.605)	(231.747)	(240.761)	(81.561)	(60.793)	(154.172)	(124.678)
Gastos com aquisição (a)	(488.716)	(582.791)	(1.080.371)	(1.176.195)	(1.281.957)	(1.321.226)	(2.688.694)	(2.609.682)
Vendas, marketing e afiliação de clientes (b)	(97.279)	(89.101)	(169.025)	(129.432)	(168.484)	(154.864)	(303.722)	(250.860)
Custo com créditos de celulares em controlada	-	-	-	-	(295.969)	(241.584)	(640.670)	(439.928)
Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS (c)	(61.789)	5.764	(56.243)	(22.695)	(136.344)	(4.020)	(166.118)	(52.178)
<b>Total</b>	<b>(997.666)</b>	<b>(988.097)</b>	<b>(2.026.190)</b>	<b>(1.974.205)</b>	<b>(2.527.425)</b>	<b>(2.283.864)</b>	<b>(5.102.769)</b>	<b>(4.467.381)</b>
Classificadas como:								
Custo dos serviços prestados	(642.510)	(612.540)	(1.368.844)	(1.256.462)	(1.902.393)	(1.735.419)	(3.960.070)	(3.411.778)
Despesas com pessoal	(67.644)	(78.776)	(150.762)	(164.544)	(180.522)	(181.802)	(375.078)	(368.827)
Despesas gerais e administrativas	(110.281)	(122.821)	(232.951)	(240.055)	(139.908)	(110.681)	(253.280)	(211.888)
Vendas e marketing	(39.894)	(89.101)	(68.151)	(129.432)	(111.099)	(154.864)	(202.848)	(250.860)
Outras despesas operacionais, líquidas	(137.338)	(84.860)	(205.482)	(183.712)	(193.503)	(101.098)	(311.493)	(224.028)
<b>Total</b>	<b>(997.666)</b>	<b>(988.097)</b>	<b>(2.026.190)</b>	<b>(1.974.205)</b>	<b>(2.527.425)</b>	<b>(2.283.864)</b>	<b>(5.102.769)</b>	<b>(4.467.381)</b>

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de vendas, marketing e afiliação de clientes incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, ações comerciais para novos credenciamentos de clientes e serviços de captação, afiliação e credenciamento de cliente.
- (c) No 2º trimestre de 2020, na rubrica de "Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS", foi contabilizado o saldo residual de incentivos aos bancos de R\$ 27.384, após a conclusão do processo de revisão por empresa especializada dos valores apurados de 2019, em decorrência de acordos comerciais e contratos com clientes pulverizados, acordados entre 1º de janeiro de 2018 e o encerramento dos contratos em 31 de dezembro de 2019, e da retenção de verba para ações de vendas que não foram efetivamente usadas, ambos que impactaram a apuração dos montantes devidos. Adicionalmente, na rubrica de "Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS", consta provisão para perdas operacionais e créditos incobráveis, cujo detalhe está demonstrado na nota explicativa 19 – Outras despesas operacionais, líquidas.

## 19 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre		Semestre		Trimestre		Semestre	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Perdas com créditos incobráveis, fraude e <i>chargeback</i> (a)	(117.768)	(60.312)	(183.931)	(135.295)	(174.749)	(72.747)	(277.222)	(165.530)
Provisão para riscos, líquida (b)	(6.958)	(14.386)	(17.631)	(30.558)	(6.318)	(16.388)	(20.915)	(34.509)
Baixas/provisões e (reversões) para perdas do imobilizado (c)	(13.541)	(20.841)	(15.331)	(28.739)	(13.554)	(20.841)	(15.344)	(28.739)
Outras	929	10.680	11.411	10.880	1.118	8.878	1.987	4.750
<b>Total</b>	<b>(137.338)</b>	<b>(84.859)</b>	<b>(205.482)</b>	<b>(183.712)</b>	<b>(193.503)</b>	<b>(101.098)</b>	<b>(311.493)</b>	<b>(224.028)</b>

- (a) Correspondem às perdas com carteira de cobrança representada principalmente por contas a receber de aluguel de equipamentos de captura, às perdas com fraude decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais, e a *chargeback* de clientes. No 2º trimestre, em consequência dos impactos adversos da pandemia da Covid-19, foi reconhecida uma provisão adicional de perdas para saldos em atraso de clientes avaliados como segmento de alto risco de inadimplência no montante de R\$ 6.802. Esse procedimento será mantido até a conclusão dos impactos da pandemia, reavaliado mensalmente, de acordo com evolução da carteira de cobrança. Adicionalmente, nesse mesmo período, foi reconhecida provisão para perdas operacionais, no montante de R\$ 24.857, cujas medidas corretivas já foram implementadas para impedir novos eventos dessa natureza.
- (b) Substancialmente relacionado com a movimentação da expectativa de perdas prováveis em contingências tributárias, trabalhistas e cíveis (nota explicativa 14).
- (c) Relacionadas aos valores baixados decorrentes de perdas de equipamentos de captura e com a constituição de provisão para perda de equipamentos POS. No 2º trimestre de 2020, houve baixa de equipamentos danificados no montante de R\$ 8.781.

## Notas Explicativas

### 20 Compromissos

A Sociedade e suas controladas tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade e suas controladas celebraram os seguintes contratos:

#### a. Contratos de aluguel

Em 30 de junho de 2020, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Até 1 ano	18.806
De 1 ano a 5 anos	61.639
Acima de 5 anos	1.254
<b>Total</b>	<b>81.699</b>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

#### b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 30 de junho de 2020, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televendas são os seguintes:

Até 1 ano	102.256
De 1 ano a 5 anos	62.545
<b>Total</b>	<b>164.801</b>

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

### 21 Benefícios a empregados

#### Benefícios pós-emprego

A Sociedade e a controlada Servinet possuem um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 30 de junho de 2020 é de R\$35.406 (R\$ 34.210 em 31 de dezembro de 2019).

As principais premissas atuariais utilizadas na apuração do passivo atuarial estão demonstradas no quadro a seguir:

Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	3,27% a.a.
Índice estimado de inflação	4,00% a.a.
Tábua Biométrica de Rotatividade	40,80% .a.a.
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	60 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	3,25% real a.a.
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	80%

## Notas Explicativas

### Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no semestre findo em 30 de junho de 2020, em despesas de contribuições no montante de R\$ 4.153 (R\$ 4.959 no semestre findo em 30 de junho de 2019), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

### Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional e plano de incentivo de longo prazo cujo montante dessas despesas, totalizou R\$40.239 no semestre findo em 30 de junho de 2020 (R\$43.362 no semestre findo em 30 de junho de 2019).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, *e-learning*s, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

## 22 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 foram registrados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Colaboradores	34.836	31.142	56.214	46.840
Diretores estatutários	5.413	6.839	6.625	7.358
<b>Total</b>	<b>40.249</b>	<b>37.981</b>	<b>62.839</b>	<b>54.198</b>

## 23 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos da Sociedade são como seguem:

	Semestre					
	30/06/2020			30/06/2019		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	4.563	8.266	12.829	4.145	7.365	11.510
Conselho de administração	1.414	-	1.414	1.355	-	1.355
<b>Total</b>	<b>5.977</b>	<b>8.266</b>	<b>14.243</b>	<b>5.500</b>	<b>7.365</b>	<b>12.865</b>

## Notas Explicativas

	Trimestre					
	30/06/2020			30/06/2019		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	2.483	2.933	5.416	2.193	3.434	5.627
Conselho de administração	730	-	730	741	-	741
<b>Total</b>	<b>3.213</b>	<b>2.933</b>	<b>6.146</b>	<b>2.934</b>	<b>3.434</b>	<b>6.368</b>

(\*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual proposta dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração, inclusive comitês de assessoramento) e Conselho Fiscal para o exercício de 2020, a ser deliberada em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de julho de 2020, é de R\$52.307 (R\$ 49.000 para o exercício de 2019), já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual proposta para o exercício corrente é de R\$677 (R\$601 para o exercício de 2019).

## 24 Plano de opção de compra de ações e de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou alterações no Plano, com a introdução da possibilidade dos elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos.

Em reunião realizada pelo Conselho de Administração em 25 de fevereiro de 2015, foi aprovada a outorga exclusiva em ações restritas para o ano de 2015, sem alteração no Plano vigente. Essa decisão foi mantida para as outorgas dos anos subsequentes.

Em 18 de abril de 2019, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de Concessão de Ações Restritas, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Os programas são apropriados no resultado do período em contrapartida à reserva de capital de acordo com os prazos e condições pré-estabelecidas em cada plano. Na ocorrência de prescrições/cancelamentos de ações, é realizado o estorno no período em que ocorrer no montante equivalente ao total apropriado durante andamento do plano.

Em 30 de junho de 2020, a posição dos planos de ações restritas é a seguinte:

## Notas Explicativas

Programa	Status	Bonificação	Quantidade de ações				Período da Outorga	Valor por ação na Outorga em R\$	Valor Justo por ação em R\$
			Outorgadas	Canceladas	Exercidas	A Exercer			
Ações Restritas 2016	Encerrado	130.182	650.947	(203.441)	(577.688)	-	Julho de 2016	32,91	27,43
Ações Restritas 2017	Ativo	-	828.878	(332.958)	(347.296)	148.624	Julho de 2017	23,26	23,26
Ações Restritas 2018	Ativo	-	901.988	(279.446)	(330.818)	291.724	Julho de 2018	17,07	17,07
Ações Restritas 2019	Ativo	-	2.419.297	(346.119)	(19.731)	2.053.447	Julho de 2019	6,73	6,73
Sócio Cielo 2017	Encerrado	-	145.766	(36.688)	(109.078)	-	Março de 2017	22,51	22,51
Sócio Cielo 2018	Ativo	-	437.187	(150.048)	(229.968)	57.171	Março de 2018	25,32	25,32
Sócio Cielo 2019	Ativo	-	995.372	(180.034)	(361.717)	453.621	Março de 2019	10,89	10,89
Sócio Cielo 2020	Ativo	-	2.898.458	-	-	2.898.458	Março de 2020	7,12	7,12
<b>Total de Ações</b>		<b>130.182</b>	<b>9.277.893</b>	<b>(1.528.734)</b>	<b>(1.976.296)</b>	<b>5.903.045</b>			

No semestre findo em 30 de junho de 2020, foi reconhecida provisão no valor de R\$ 6.321 (R\$ 15.172 em 30 de junho de 2019) líquido dos encargos, sendo a parcela de diretores estatutários corresponde ao valor de R\$ 4.129 (R\$ 5.171 em 30 de junho de 2019), com um total de 507.554 (421.399 em 30 de junho de 2019) de ações exercidas entre celetistas (CLT) e estatutários. A movimentação líquida registrada na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, totalizou R\$ 633 (R\$ 8.037 em 30 de junho 2019).

## 25 Resultado financeiro

	Controladora				Consolidado			
	Trimestre		Semestre		Trimestre		Semestre	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
<b>Receitas financeiras:</b>								
Rendimentos de aplicações financeiras	9.576	4.355	13.439	9.457	43.946	42.739	75.945	86.861
Outras receitas financeiras	209	6.012	614	6.874	3.178	7.958	5.500	10.775
PIS e COFINS (c)	(455)	(483)	(674)	(761)	(1.425)	(2.054)	(2.656)	(3.852)
<b>Total</b>	<b>9.330</b>	<b>9.884</b>	<b>13.379</b>	<b>15.570</b>	<b>45.699</b>	<b>48.643</b>	<b>78.789</b>	<b>93.784</b>
<b>Despesas financeiras:</b>								
Juros e encargos sobre empréstimos	(73.941)	(111.951)	(187.792)	(204.673)	(94.301)	(134.078)	(224.514)	(248.242)
Participação de terceiros em fundos de investimentos	-	-	-	-	(13.046)	(33.394)	(36.397)	(66.509)
Juros sobre provisões para riscos	(5.890)	(3.394)	(12.582)	(6.185)	(6.431)	(3.859)	(13.775)	(7.111)
Outras despesas financeiras	(8.829)	(5.821)	(18.949)	(10.067)	(14.118)	(7.478)	(28.963)	(12.960)
<b>Total</b>	<b>(88.660)</b>	<b>(121.166)</b>	<b>(219.323)</b>	<b>(220.925)</b>	<b>(127.896)</b>	<b>(178.809)</b>	<b>(303.649)</b>	<b>(334.822)</b>
<b>Rendimento FIDCs:</b>								
Aquisição de recebíveis (a)	143.644	271.922	321.581	560.602	141.510	301.615	333.860	617.076
Outros direitos creditórios (b)	(4.119)	(44)	(6.123)	(44)	2.562	29	7.332	29
PIS e COFINS (c)	(6.488)	(12.642)	(14.668)	(26.066)	(6.488)	(12.643)	(14.669)	(26.067)
<b>Total</b>	<b>133.037</b>	<b>259.236</b>	<b>300.790</b>	<b>534.492</b>	<b>137.584</b>	<b>289.001</b>	<b>326.523</b>	<b>591.038</b>
Variação cambial e marcação ao mercado de instrumentos financeiros, líquidos	(15.223)	(21.744)	(5.633)	27.782	(15.439)	(21.761)	(5.859)	27.770
<b>Total</b>	<b>38.484</b>	<b>126.210</b>	<b>89.213</b>	<b>356.919</b>	<b>39.948</b>	<b>137.074</b>	<b>95.804</b>	<b>377.770</b>

- (a) Na Controladora, o saldo corresponde aos rendimentos do FIDC Plus. No consolidado, o saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste “pro rata temporis”, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelo FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.
- (b) Na Controladora, o saldo corresponde aos rendimentos do FIDC. No consolidado, o saldo corresponde à remuneração da carteira de crédito adquirida pelo FIDC, cujo crédito foi concedido por instituições financeiras parceiras a clientes credenciados no sistema Cielo (produto “Receba Mais”).
- (c) Despesas de PIS e COFINS sobre receitas financeiras auferidas pela Sociedade, sob as alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de “Receitas Financeiras” e “Aquisição de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

## Notas Explicativas

### 26 Gestão de riscos

A Cielo possui uma estrutura destinada ao gerenciamento de riscos, fundamentada em práticas de gestão nos termos da Circular BACEN nº 3.681/13.

#### a. Estrutura e Governança de Gerenciamento de Riscos

O Grupo adota o conceito de 3 (três) linhas de defesa para operacionalizar sua estrutura de gerenciamento de riscos, sendo a 1ª linha representada pela atuação dos gestores das áreas de negócio e suporte, que asseguram a gestão de riscos dentro do escopo das suas responsabilidades organizacionais diretas; a 2ª linha representada pela Diretoria de Riscos, Compliance e Prevenção, que atua de forma consultiva e independente no gerenciamento dos riscos, Compliance, gestão da continuidade de negócios, gestão de crises e ambiente de controle, com reporte à Presidência e ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Riscos; e, por fim, a 3ª linha de defesa, representada pela Auditoria Interna, que fornece opiniões independentes ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria, sobre o processo de gerenciamento de riscos, a efetividade dos controles internos e a governança corporativa.

A Sociedade mantém políticas, processos, procedimentos e controles atualizados e robustos para reduzir, controlar e monitorar a sua exposição a riscos, de modo a gerenciá-los e mantê-los dentro dos patamares aceitáveis para atingir seus objetivos de negócio e operacionais. Mais informações sobre metodologia, governança e estrutura de gestão de riscos do Grupo, bem como sobre os fatores de riscos e as ações e controles preventivos e mitigatórios, podem ser encontradas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos e no item 4.1 do Formulário de Referência, ambos documentos disponíveis no endereço eletrônico de internet da Sociedade (<https://ri.cielo.com.br/>).

#### b. Gestão de risco de Crédito

A Sociedade possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras, clientes e parceiros comerciais registrados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, incluindo derivativos, rendas a receber e contas a receber com bancos emissores, conforme segue:

Nota Explicativa	Controladora		Consolidado		
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019	
Caixa e equivalentes de caixa	4	796.585	191.400	6.903.015	3.212.392
Instrumentos financeiros derivativos	5	190.874	1.067	190.874	1.067
Rendas a receber	7	275.725	284.638	730.842	875.676
Contas a receber com bancos emissores	7	53.018.903	71.864.873	53.807.614	72.192.036
Instrumentos financeiros	5	184.351	-	184.351	-
<b>Total</b>		<b>54.466.438</b>	<b>72.341.978</b>	<b>61.816.696</b>	<b>76.281.171</b>

#### *Risco de Crédito da Contraparte – Risco Emissor*

Nas operações de aquisição, os bancos emissores de cartão têm a obrigação de efetuar o pagamento à Cielo dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que, então, possa ser efetuado o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Os bancos emissores de cartão podem vir a descumprir com suas obrigações financeiras devido à falta de liquidez, falha operacional, inadimplência do portador de cartão, regimes concursais ou outras razões, situações em que a Cielo pode ser responsabilizada a efetuar o pagamento dos recebíveis aos estabelecimentos comerciais sem o recebimento dos valores pelo banco emissor. Tais riscos podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartões e aos credenciadores, sendo que a Sociedade avalia e

## Notas Explicativas

gerencia tais riscos, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão conforme o modelo.

Para os arranjos de pagamento não garantidos pelo instituidor do arranjo, a Sociedade solicita garantias aos emissores de cartão, quando permitido pelo instituidor do arranjo, nos volumes que considera necessário para a cobertura de seu risco de crédito. Para avaliação do risco e consequente definição das garantias necessárias, são atribuídos aos emissores um rating interno.

Em 30 de junho de 2020, a exposição da Cielo junto aos emissores está demonstrada a seguir:

Rating interno dos emissores	Exigência de Garantia	Exposição total em 30.06.2020	% de Garantia em relação à exposição	Exposição total em 31.12.2019	% de Garantia em relação à exposição
Grupo 1	Não	98,1%	-	98,5%	-
Grupo 2	Sim	1,8%	28%*	1,5%	43%*
<b>Total do Contas a receber com bancos emissores</b>		<b>100%</b>		<b>100%</b>	

*\*Parte da exposição é oriunda da limitação do instituidor do arranjo em solicitar garantia ao emissor.*

Os 5 maiores bancos emissores, classificados no Grupo 1, concentraram 78,0% do contas a receber com bancos emissores e são representados pelas principais instituições financeiras do país, que possuem rígidos processos de monitoramento e controles e sólida posição econômico-financeira.

Para os emissores classificados no Grupo 1, que dispensam a exigência de garantia, há um monitoramento intensivo sobre as transações e os riscos expostos, podendo haver revisão do rating interno e solicitação de garantias se identificados indícios de aumento do risco de crédito. As garantias podem ser exigidas ou dispensadas a depender do volume transacionado, do porte e do regulamento das bandeiras e dos emissores.

A Medida Provisória nº. 930 (“MP 930”), de 30 de março de 2020, determinou a segregação dos recursos recebidos pelos participantes nos arranjos de pagamento para responder somente pelo cumprimento da obrigação de liquidação das transações ao qual se vinculem, entre outros aspectos. Tais alterações promovidas na Lei 12.865/2013 ainda não se encontram refletidas nos regulamentos dos arranjos de pagamento quando da divulgação destas Demonstrações Financeiras.

### ***Risco de Crédito com Participantes do Arranjo de Pagamentos***

Em sua operação, a Sociedade também pode vir a ter risco com Subcredenciadores, com os quais mantém relação comercial, a depender da regra estabelecida por cada bandeira com relação às responsabilidades aplicáveis aos Subcredenciadores, bem como de eventuais decisões judiciais, caso os Subcredenciadores não realizem a liquidação financeira dos valores transacionados pelos estabelecimentos comerciais a eles vinculados. A Sociedade adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subcredenciadores possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade. Ademais, a Sociedade pode, conforme análise de risco realizada, solicitar garantias como fiança bancária e títulos públicos.

Ressalta-se que a MP 930 também é aplicável aos Subcredenciadores, na qualidade de participante dos arranjos de pagamentos, os quais devem cumprir, além de outras obrigações, a segregação do fluxo de pagamento.

## Notas Explicativas

Diante da crise instalada pela pandemia COVID-19, a partir do 2º trimestre de 2020, a Sociedade passou a adotar critérios mais rigorosos no monitoramento dos subcredenciadores, bem como em relação à estratégia de relacionamento, incluindo: restrições para antecipação dos recebíveis, comprovação de liquidação para os estabelecimentos clientes dos subcredenciadores e novos modelos de garantias.

A representatividade dos subcredenciadores sobre o volume transacionado no sistema Cielo nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019 corresponde a 6,1% e 7,3%, respectivamente.

### ***Risco de Crédito no recebimento de produtos e serviços prestados para Clientes***

Os produtos e serviços prestados pela Cielo são cobrados de seus clientes mediante compensação nas suas agendas financeiras. Caso estes clientes parem de transacionar no sistema Cielo, eventualmente não haverá saldo em suas agendas para a cobrança dos produtos e serviços contratados. Caso a Cielo não consiga efetuar a cobrança de outra forma (como, por exemplo, por meio de boleto bancário), poderá haver perdas para a Cielo relacionadas ao não pagamento de produtos e serviços.

Em 30 de junho de 2020, a provisão para créditos incobráveis totalizava R\$ 295.978 no individual e R\$ 320.377 no Consolidado (em 31 de dezembro de 2019, o saldo era de R\$ 245.948 no individual e R\$ 267.705 no Consolidado).

### ***Risco de Crédito de Clientes – Chargeback e Vendas diferidas***

Os clientes da Sociedade devem cumprir com suas obrigações de entrega dos produtos e prestação dos serviços contratados com seus clientes finais, que realizam o pagamento das transações por meio de cartão de crédito ou débito. Em situações de inadimplemento por parte dos clientes da Sociedade na entrega do bem ou prestação dos serviços, ou de desistência por parte do cliente final, é possível demandar o estorno do pagamento efetuado aos estabelecimentos comerciais por meio de (i) cancelamento, que é demandado pelo estabelecimento comercial ou (ii) chargeback, que é um pedido do portador diretamente ao emissor do cartão. Nos dois casos, os valores devolvidos ao portador final são debitados, pela credenciadora, diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial. No caso do cancelamento, se a agenda financeira do estabelecimento comercial não tiver saldo suficiente, este, via de regra, não é acatado.

Caso a Sociedade não consiga compensar os valores dos *chargebacks* diretamente na agenda financeira do estabelecimento comercial (independentemente do motivo), ou por meio de outra forma de cobrança (exemplo boleto), o ônus financeiro sobre tais *chargebacks* recai sobre a Cielo. Historicamente, os cancelamentos e *chargebacks* ocorrem com mais frequência nas transações em estabelecimentos comerciais que realizam vendas diferidas, quando o serviço ou produto não é consumido instantaneamente, mas sim em um momento posterior ao da compra. Esse tipo de transação acontece tipicamente em setores como turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, ou ainda em vendas por meios de canais eletrônicos (*e-commerces*), sendo que a exposição a essas potenciais perdas derivadas de estornos aumenta na medida em que a Sociedade fornece soluções de aquisição de recebíveis ou pagamento em ciclo reduzido a esses estabelecimentos.

A crise iniciada pela pandemia da COVID-19 afetou severamente os setores de turismo e entretenimento, que incluem as companhias aéreas, potencializando os riscos mencionados, em especial em decorrência da edição de medidas provisórias que prologam os prazos aplicáveis a cancelamentos e *chargebacks* que, atrelado à redução da agenda financeira destes clientes, pode

## Notas Explicativas

impossibilitar ou reduzir o débito dos *chargebacks* nas agendas.

Como ações adicionais para fazer frente ao aumento da exposição, a Cielo intensificou o monitoramento, os procedimentos de análise de risco e restringiu as operações de antecipações de recebíveis, bem como o pagamento dos recebíveis em ciclo diminuído, na tentativa de manter a agenda pelo maior tempo possível.

A representatividade dos clientes em relação ao volume total de transações no período e o índice de *chargeback* estão demonstrados a seguir:

	Semestre/2020		Semestre/2019	
	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> <sup>3</sup>	Volume transacionado	Índice de <i>chargeback</i> <sup>3</sup>
Turismo e Entretenimento, incluindo companhias aéreas (tipicamente com vendas diferidas)	5,2%	1,09%	10,0%	0,60%
E-commerce (sem Turismo e Entretenimento)	13,4%	1,09%	9,4%	1,07%
Bens duráveis e semiduráveis <sup>1</sup>	18,7%	0,05%	21,6%	0,06%
Bens não duráveis <sup>2</sup>	37,2%	0,01%	33,7%	0,01%
Serviços e outros	25,5%	0,12%	25,3%	0,10%
<b>Total</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,25%</b>	<b>100,0%</b>	<b>0,20%</b>

<sup>1</sup>Bens duráveis e semiduráveis: segmento de clientes da Cielo de vestuário, móveis, eletrodomésticos, lojas de departamento, materiais para construção, entre outros.

<sup>2</sup>Bens não duráveis: Supermercados e hipermercados, drogarias e farmácias, postos de combustível, entre outros

<sup>3</sup>Valor de *chargeback* em relação ao volume transacionado

### c. Gestão de Riscos Operacionais

A Sociedade possui riscos decorrentes de sua operação, tais como: riscos oriundos de falhas, interrupções ou violações em sistemas, processos ou infraestrutura de tecnologia da informação, divulgações não autorizadas de dados, falhas na autorização das transações de pagamento, falhas de processamento, fraudes internas e externas, decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos, entre outros. Para referidos riscos, a Sociedade adota metodologia de identificação, avaliação, monitoramento, gestão e reporte dos riscos e planos de ação para mitigação dos riscos, conforme diretrizes definidas na Política de Gestão de Riscos Corporativos e Controles Internos, bem como na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, à Circular Bacen nº 3.909/2018.

Em relação ao risco de fraude das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, a Sociedade utiliza um sistema antifraude que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

### d. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades regulares, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa e equivalente de caixa e instrumentos financeiros, incluindo derivativos).

O patrimônio líquido mínimo aplicável à Cielo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota

## Notas Explicativas

explicativa 15). Não há requerimento de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

### e. Gestão de Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	31/12/2019	30/06/2020	31/12/2019
Dívida (i)	(8.653.675)	(7.716.813)	(10.767.949)	(9.245.635)
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	190.874	1.067	190.874	1.067
Caixa e equivalentes de caixa	796.585	191.400	6.903.015	3.212.392
<b>Dívida líquida</b>	<b>(7.666.216)</b>	<b>(7.524.346)</b>	<b>(3.674.060)</b>	<b>(6.032.176)</b>
Patrimônio líquido (iii)	9.145.914	9.430.255	12.798.707	13.102.580
<b>Índice de endividamento líquido</b>	<b>83,82%</b>	<b>79,79%</b>	<b>28,71%</b>	<b>46,04%</b>

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 12.

(ii) Instrumento financeiro derivativo compreende a posição do contrato de "swap" e de "NDF", mencionados na nota explicativa 6.

(iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas do Grupo, gerenciados como capital.

### f. Gestão de Risco de Mercado

#### Risco de taxa de câmbio

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pelo Grupo.

A Sociedade faz algumas transações em moeda estrangeira, reflexo das transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil (a transação efetuada entre portador e estabelecimento comercial é feita em moeda nacional, porém a liquidação efetuada pelo emissor à Sociedade é feita em moeda estrangeira) e por empréstimos e financiamentos. A Sociedade dispõe de operações de proteção contra oscilação de moedas que consistem na pré-venda dos dólares norte-americanos, em estruturas de *hedge* e na contratação de derivativos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Em 31 de agosto de 2012, a Sociedade adquiriu o controle da MerchantE, por meio da "holding" Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas em sua moeda funcional, o dólar norte-americano. O resultado de variação cambial sobre esses investimentos em 30 de junho de 2020 totalizou uma perda de R\$ 323.986 (um ganho de R\$ 7.788 em 30 de junho de 2019). Essa variação cambial foi reconhecida no resultado abrangente, diretamente no patrimônio líquido.

#### Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Sociedade está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 30 de junho de 2020 e de 2019, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas

## Notas Explicativas

taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora e Consolidado					
	30/06/2020			30/06/2019		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Resultado (i)	688	1.719	3.439	320	800	1.600
Patrimônio Líquido (i)	132.706	331.766	663.532	72.044	180.109	360.219

(i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

### *Risco de taxa de juros em aplicações financeiras*

Os resultados do Grupo estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo aplica seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

### *Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos*

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, conforme segue:

	Controladora					
	30/06/2020			30/06/2019		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Aplicações financeiras	1.344	3.360	6.720	946	2.364	4.729
Empréstimos e financiamentos	(17.514)	(43.784)	(87.568)	(16.302)	(40.754)	(81.508)

	Consolidado					
	30/06/2020			30/06/2019		
	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%	Cenário Provável 10%	Cenário Possível 25%	Cenário Remoto 50%
Aplicações financeiras	7.595	18.986	37.973	8.686	21.715	43.431
Empréstimos e financiamentos	(17.332)	(43.329)	(86.658)	(17.653)	(44.131)	(88.263)

## 27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade e suas controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) detêm participação acionária, bem como serviços financeiros contratados com os bancos acionistas e despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Cateno, Braspag, Aliança e Stelo.

A Sociedade e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições

## Notas Explicativas

técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm’s-length basis*”).

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 30 de junho de 2020 e de 31 de dezembro de 2019, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade e suas controladas participam, bem como as movimentações relativas aos semestres findos em 30 de junho de 2020 e de 2019:

	Controladora						
	30/06/2020					31/12/2019	
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto (iv)	Fundos de investimentos (v)	Total	Total
<b>Ativos (Passivos):</b>							
Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros (a)	184.479	11.429	-	-	-	195.908	17.562
Contas a receber de emissores (b)	15.953.908	-	-	-	-	15.953.908	23.175.115
Obrigações por empréstimos (c)	(3.377.401)	(100.070)	-	-	-	(3.477.471)	(3.502.625)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(8.777)	-	-	-	-	(8.777)	-
Contas a pagar de saldo residual referente incentivos a bancos domicílio 2019 (n)	(27.384)	-	-	-	-	(27.384)	-
Contas a receber com partes relacionadas (d)	-	147.205	794	-	50	148.049	196.893
Contas a pagar com partes relacionadas (e)	-	(123.637)	(138.608)	-	(4.723.642)	(4.985.887)	(9.906.443)
	Controladora						
	30/06/2020					30/06/2019	
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Controladas em conjunto (iv)	Fundos de investimentos (v)	Total	Total
<b>Receitas:</b>							
Receitas de aplicações financeiras (a)	5.069	-	-	-	-	5.069	1.047
Receitas de prestação de outros serviços (f)	4.097	1.529	1.768	-	450	7.844	27.562
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	45.841	-	-	-	-	45.841	41.970
<b>Despesas:</b>							
Despesas financeiras (c)	(91.007)	(1.820)	-	-	-	(92.827)	(120.244)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(462)	-	-	-	-	(462)	(2.444)
Prestação de serviços de processamento de dados (h)	-	(9.118)	-	-	-	(9.118)	(7.624)
Outras despesas operacionais (i)	(17.728)	(919)	(1.546)	-	-	(20.193)	(26.859)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (j)	-	(166.413)	-	-	-	(166.413)	(156.106)
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(52.168)	-	-	-	-	(52.168)	-
Saldo residual de incentivos a bancos domicílio 2019 (n)	(27.384)	-	-	-	-	(27.384)	-

## Notas Explicativas

<b>Consolidado</b>						
<b>30/06/2020</b>						<b>31/12/2019</b>
<b>Controladores (i)</b>	<b>Controladas diretas (ii)</b>	<b>Controladas indiretas (iii)</b>	<b>Controladas em conjunto (iv)</b>	<b>Fundos de investimentos (v)</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos (Passivos):</b>						
Caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros (a)	231.144	-	-	-	231.144	121.528
Contas a receber de emissores (b)	15.953.908	-	-	-	15.953.908	23.175.115
Obrigações por empréstimos (c)	(3.377.401)	-	-	-	(3.377.401)	(3.402.483)
Contas a pagar referente serviço de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(8.777)	-	-	-	(8.777)	-
Contas a pagar de saldo residual referente incentivos a bancos domicílio 2019 (n)	(27.384)	-	-	-	(27.384)	-
<b>30/06/2020</b>						
<b>30/06/2020</b>						<b>30/06/2019</b>
<b>Controladores (i)</b>	<b>Controladas diretas (ii)</b>	<b>Controladas indiretas (iii)</b>	<b>Controladas em conjunto (iv)</b>	<b>Fundos de investimentos (v)</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>
<b>Receitas:</b>						
Receitas de aplicações financeiras (a)	25.639	-	-	-	25.639	56.802
Receitas de prestação de outros serviços (f)	4.097	-	-	-	4.097	25.343
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (g)	45.841	-	-	-	45.841	41.970
<b>Despesas:</b>						
Despesas financeiras (c)	(91.007)	-	-	-	(91.007)	(120.141)
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação (l)	(462)	-	-	-	(462)	(2.444)
Outras despesas operacionais (i)	(17.728)	-	-	-	(17.728)	(22.894)
Prestação de serviços de gestão de pagamentos (k)	(12.621)	-	-	-	(12.621)	13.613
Serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes (m)	(52.168)	-	-	-	(52.168)	-
Saldo residual de incentivos a bancos domicílio 2019 (n)	(27.384)	-	-	-	(27.384)	-

As partes relacionadas são compostas por: (i) Banco Bradesco e Banco do Brasil; (ii) Servinet, Multidisplay, Braspag, Cateno e Aliança; (iii) M4Produtos e Stelo; (iv) Orizon; (v) FIC, FIDC e FIDC Plus.

- (a) Saldos correspondentes aos valores mantidos em conta corrente e aplicações financeiras, cujo prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Os valores a receber de bancos emissores se referem aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados.
- (c) Correspondem aos saldos referentes à emissão de Debêntures Privadas mantidos pela BB Elo Cartões, empresa do conglomerado Banco do Brasil e aos saldos referentes à emissão de Debêntures Públicas mantidos pela Cateno (vide nota explicativa 12).
- (d) Corresponde, principalmente, a saldo de adiantamento para futuro aumento de capital na Aliança no valor total de R\$ 140.000.
- (e) Corresponde, principalmente, aos valores de transações de cartões de débito e crédito e de recargas de celulares capturadas pela Sociedade e que serão repassadas às controladas diretas (Braspag e Multidisplay), controlada indireta (Stelo) e FIDC Plus (carteira de antecipação de recebíveis).
- (f) Correspondem a: (i) serviços de prevenção a fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas; (ii) comissão sobre processamento de transações para a M4Produtos e Multidisplay; (iii) prestação de serviços financeiros, administrativos, compras, jurídico e serviços de RH, bem como rateio de gastos compartilhados para a Braspag, Cateno e Stelo; e (iv) serviços de cobrança e liquidação para o FIDC e FIDC Plus. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores e no mercado em geral.
- (g) Correspondente à locação de equipamento de captura de transações junto aos bancos controladores, que sublocam os equipamentos para seus clientes.
- (h) Refere-se a serviços de processamento de dados, desenvolvimento e licenciamento de software prestados pela Braspag.
- (i) Corresponde a: (i) serviços contratados com bancos acionistas (seguro de vida coletivo empresarial, seguros hospitalar e odontológico e contrato de previdência privada); (ii) serviços de desenvolvimento de solução de captura móvel para a empresa M4Produtos e (iii) serviços de pré-processamento de transações para a empresa Braspag. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (j) Prestação de serviços pelas controladas Servinet e Aliança de prospecção de credenciamento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet e Aliança quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.

## Notas Explicativas

- (k) Prestação de serviços pelo Banco do Brasil à Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas.
- (l) Comissão de Afiliação, corresponde a despesa junto aos bancos parceiros a título de incentivo aos credenciamentos de novos clientes realizados nos pontos de venda dessas instituições no período.
- (m) Correspondem aos serviços de intermediação, captação e manutenção de clientes contratados a partir de 1º de janeiro de 2020 junto aos bancos controladores Banco do Brasil e Bradesco. No 1º semestre de 2020, a apuração da remuneração por esses serviços foi de R\$ 70.168, sendo que do valor apurado, R\$ 18.000 não foram pagos e foram destinados a ações promocionais definidas em mútuo acordo e de interesse entre as partes.
- (n) No 2º trimestre de 2020, foi reconhecido um complemento residual de incentivos aos bancos de R\$ 27.384, após um processo de revisão por empresa especializada da apuração dos contratos encerrados de 2019.

### Principais transações com partes relacionadas

#### ***Saldos de bancos emissores***

Os valores a receber de bancos emissores referem-se aos montantes que devem ser liquidados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente pagos pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados.

#### ***Incentivos a bancos domicílio***

Até 2019, a Sociedade tinha contratos com o Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A. que visavam incrementar o volume de transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Sociedade e cuja liquidação era feita em contas correntes mantidas pelos estabelecimentos credenciados à Sociedade junto aos respectivos bancos. A partir da apuração mensal do volume de tais transações, a Sociedade destinava um valor ao seu parceiro, como forma de incentivo.

No 2º trimestre de 2020, concluiu-se o processo de revisão por empresa especializada dos incentivos apurados de 2019, em decorrência de acordos comerciais e contratos com clientes pulverizados acordados entre 1º de janeiro de 2018 e o encerramento dos contratos em 31 de dezembro de 2019 e da retenção de verba para ações de vendas que não foram efetivamente usadas, ambos que impactaram a apuração dos montantes devidos, resultando em um saldo residual a pagar de incentivos de R\$ 27.384 referentes a anos anteriores.

#### ***Serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de Estabelecimentos***

A partir de 1º de janeiro de 2020, a Sociedade celebrou memorando de entendimento vinculantes, separadamente, junto ao Banco Bradesco S.A. e ao Banco do Brasil S.A. para a prestação de serviços de intermediação, captação, indicação e manutenção de estabelecimentos comerciais, conforme Comunicação sobre Transações com Parte Relacionada divulgada ao mercado em 27 de janeiro de 2020, nos termos do Anexo 30-XXXIII da Instrução CVM 480, disponível no site da Cielo. O objetivo de referido serviço é de incrementar o volume de vendas composto por transações realizadas com cartões de crédito e débito capturadas e processadas pela Cielo. Em contrapartida à prestação dos serviços, os bancos fazem jus a uma remuneração de 10 pontos base sobre o volume elegível. O volume elegível inclui o montante capturado somente em transações domésticas, não inclui transações nas quais a Cielo presta serviços de VAN e leva em consideração critério de rentabilidade mínima de cada estabelecimento.

#### ***Cessão da agenda de recebíveis com bancos emissores***

A Sociedade detém contratos de cessão de valores vincendos, referentes aos pagamentos que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de cessão são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta corrente são líquidos

## Notas Explicativas

das taxas de cessão, “*pro rata temporis*”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

### ***Aquisição de Recebíveis (ARV) - Controladas***

As Controladas Stelo, Multidisplay e M4Produtos realizam a antecipação de valores vincendos, referentes aos pagamentos que a Sociedade deve fazer a estas Controladas em razão das transações de cartões de crédito capturadas e processadas pela Sociedade. Essas operações são realizadas com o FIDC Plus com o objetivo de geração de capital de giro de curto prazo.

### ***Contrato para sistema antifraude***

A Sociedade tem contrato com o Banco Bradesco S.A. e com o Banco do Brasil S.A. para disponibilização de acesso ao sistema antifraude para o monitoramento pelos bancos de transações realizadas com cartões por eles emitidos

### ***Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)***

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “*back office*” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações.

### ***Participação de Credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo***

A Sociedade é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Sociedade participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Sociedade remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores.

Em decorrência da participação da Cielo nos Arranjos de Pagamento Elo, a Cielo presta serviços de *big data* à Elo Serviços S.A., bem como mantém acordos para realização de campanhas de *marketing*, similar às relações comerciais mantidas com outros instituidores de arranjos de pagamentos.

### ***Trava de domicílio bancário***

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio. Diante de dúvidas da interpretação decorrentes da edição da Resolução 4707/2018 e Resolução 4734/2019 a Sociedade suspendeu temporariamente a cobrança dos serviços, até que o mercado e o regulador cheguem a um consenso sobre este tema.

## Notas Explicativas

### ***Escrituração de ações da Sociedade***

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., no qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

### ***Serviços operacionais - Programa de emissão de ações***

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“*stock options*”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

### ***Serviços de gestão de pagamentos***

O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

### ***Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários***

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

### ***Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários***

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da Instrução CVM nº 400.

### ***Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados***

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

### ***Serviços de representação junto à CIP***

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's - Sistema de Transferência de Reservas.

### ***Gestão de Conta de Pagamento Pré-Pagas***

Contrato firmado com Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. para emissão e gestão de meios de pagamento pré-pagos para estabelecimentos credenciados à Sociedade.

### ***Concessão de Pontos Livel***

Contrato firmado com a Livel S.A. para concessão de pontos Livel para participantes de campanhas de incentivo desenvolvidas pela Sociedade.

### ***Contratos de Credenciamento***

Contratos celebrados entre a Sociedade e suas Controladas Stelo, Braspag e M4 para que a Sociedade preste serviços de credenciamento, processamento e liquidação de transações.

## Notas Explicativas

### ***Contratos bandeira Elo***

Contratos celebrados entre a Sociedade e a bandeira Elo (Elo Serviços S.A.) para que a Sociedade preste serviços de processamento de transações e desenvolvimento de projetos. A sociedade também licencia o uso de plataforma à Elo.

### ***Licenciamento de plataforma***

Contrato firmado entre a Carson Serviços Financeiros (controlada do grupo Bradesco) para o licenciamento da plataforma que permite o cadastramento do cartão de crédito para uso no aplicativo, funções de recebimento através da adquirência, e soluções de promoção *marketplace*, assim como, a prestação de serviços de manutenção corretiva e preventiva, e o gerenciamento da plataforma.

### ***Outros contratos pulverizados***

Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “*cash management*”;
- Seguros contratados;
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar;
- Cartão de crédito corporativo;
- Serviço de pagamento a fornecedores;
- Serviços de viagens.

## 28 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Sociedade foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Sociedade. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2020	30/06/2019	30/06/2020	30/06/2019
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	(323.986)	7.788	-	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	317.624	(33.148)	902.960	(49.488)
Benefício pós emprego	-	(5.557)	-	(5.557)
Integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital – Aliança	55.000	-	-	-
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	30.712	143.294	30.712	136.100
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta	6.375	26.056	-	-

## 29 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2020, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância Segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	249.184
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	230.000
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.500.000
Frota	1.635

## **Notas Explicativas**

### **30 Eventos Subsequentes**

Em 08 de julho de 2020, o Banco Central do Brasil concedeu autorização para a Cielo prestar serviços de pagamento relativos à modalidade de emissor de moeda eletrônica, estando condicionada à alteração do estatuto social, a ser submetida à Assembleia Geral dos Acionistas, o que viabilizará à Sociedade prestar novos serviços ou oferecer novos produtos complementares aos seus.

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado acima referida não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 27 de julho de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche

CRC 1SP245785/O-2

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2020, findo em 30 de junho de 2020, e à vista do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR dos Auditores Independentes, sem ressalvas, são de opinião que os citados documentos, examinados à luz das práticas contábeis, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Companhia e as atividades desenvolvidas pela Companhia, estando em condição de serem apreciados e deliberados.

Barueri, 23 de julho de 2020.

## **Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)**

### **1. Sobre o Comitê de Auditoria, suas atribuições e responsabilidades**

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da Cielo S.A. ("Companhia") é um órgão estatutário de funcionamento permanente que visa assessorar o Conselho de Administração com independência em relação à Diretoria Executiva e demais profissionais da Companhia, com a atribuição de: (a) zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Companhia; (b) zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; (c) zelar pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna; (d) discutir, recomendar e acompanhar a execução dos planos anuais de auditoria e apreciar os relatórios finais; (e) zelar pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do conglomerado.

Nos termos da versão vigente do Regimento Interno do Comitê, aprovada em 29 de outubro de 2019 ("Regimento Interno"), o Comitê é composto por, no mínimo, 03 (três) membros efetivos, com mandato unificado de 2 (dois) anos e permitida a reeleição, sendo que, pelo menos, 1 (um) deles deverá ser membro independente do Conselho de Administração e coordenador do Comitê. Os membros pertencentes ao quadro atual do Comitê foram eleitos pelo Conselho de Administração em reuniões realizadas em 23 de maio de 2018 e 22 de maio de 2019, com mandato unificado até a primeira reunião a ser realizada pelo Conselho de Administração imediatamente após a Assembleia Geral Ordinária da Companhia a ser realizada para a aprovação do resultado do exercício social de 2019.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações prestadas pela Administração, auditoria interna, auditores independentes, responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos da Companhia, bem como nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

O Comitê reúne-se trimestralmente em sessões ordinárias. No primeiro semestre do exercício social de 2020, o Comitê realizou 03 (três) sessões ordinárias e 05 (cinco) sessões extraordinárias, reunindo-se com as áreas de controles internos, riscos, auditoria interna, auditores independentes, além de diretores e executivos de outras áreas da Companhia. Em todas as reuniões do Comitê, os membros do Comitê se reuniram com o líder da auditoria interna, trimestralmente com os auditores independentes e uma reunião reservada com o CEO da Companhia.

A cada reunião do Conselho de Administração da Companhia são relatadas as principais atividades desenvolvidas pelo Comitê no respectivo mês e, semestralmente, é feita uma abrangente apresentação ao Conselho de Administração sobre os principais temas tratados pelo Comitê e o programa de trabalho da Auditoria Interna.

Dentre as atividades realizadas durante o 1º semestre de 2020, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas: (a) acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais, individuais e consolidadas e do conglomerado prudencial, bem como das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia; (b) recomendação acerca das demonstrações financeiras individuais, e individuais e consolidadas e do conglomerado prudencial, acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes e do relatório da administração, conforme aplicável; (c) recomendação acerca das informações contábeis intermediárias Individuais e consolidadas acompanhadas dos relatórios dos Auditores Independentes sobre a revisão de informações trimestrais – ITR; (d) acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais; (e) acompanhamento do reporte periódico acerca das coligadas, com foco em: (1) resultados; (2) visão dos negócios; (3) riscos identificados e (4) governança atual; (f) recomendação para a contratação de auditoria independente; (g) análise das cartas de controles internos emitidas pelos Auditores Independentes das sociedades controladas e coligadas da Companhia; (h) análise e discussão dos relatórios dos auditores independentes sobre o sistema de controles internos e dispositivos legais e regulamentares; (i) aprovação do plano de trabalho da Auditoria Interna; (j) discussão e acompanhamento dos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna, incluindo trabalhos especiais voltados ao ambiente de atividades remotas por causa da crise do COVID-19, bem como o sistemático acompanhamento do status das ações corretivas; (l) acompanhamento do reporte das denúncias recebidas através do Canal de Ética; (m) acompanhamento e discussão dos principais aspectos do Relatório Semestral da Ouvidoria da Companhia; (n) acompanhamento periódico das ações relacionadas à gestão integrada de riscos; (o) acompanhamento das ações adotadas pela Companhia considerando os impactos da COVID-19; (p) realização de avaliação formal do desempenho do Comitê pelos seus membros; (q) realização de avaliação formal do desempenho dos Auditores Independentes, bem como discussão acerca dos resultados apurados; (r) recomendação das propostas de ajustes às políticas Institucionais da Companhia; (s) acompanhamento da implementação das ações de adequação à Lei Geral de Proteção de Dados; (t) acompanhamento da implementação/execução dos planos de ação decorrentes dos resultados de inspeções regulatórias e (u) acompanhamento periódico de ofícios e/ou comunicações de órgãos reguladores recebidos pela Companhia e das respostas apresentadas.

### **2. Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas referentes ao 1º semestre de 2020.**

Os membros do Comitê, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, realizaram o exame e análise das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório da Administração referentes ao 1º semestre de 2020, findo em 30 de junho de 2020 ("Demonstrações Financeiras Semestrais") e, tendo em vista as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela KPMG, bem como as atividades desempenhadas e acompanhadas pelo Comitê durante o 1º semestre do exercício de 2020, os Srs. membros do Comitê opinam, por unanimidade, que as Demonstrações Financeiras Semestrais refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas e recomendam a sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia.

Barueri, 21 de julho de 2020.

Gilberto Mifano

Coordenador do Comitê de Auditoria

Claudemir Hanke

Membro do Comitê de Auditoria

José Antonio Teixeira

Membro do Comitê de Auditoria

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas referentes 2º trimestre de 2020, findo em 30 de junho de 2020.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes 2º trimestre de 2020, findo em 30 de junho de 2020, sem ressalvas.